



Revista **Agriculturas**  
experiências em agroecologia



**Organizações locais  
na promoção do  
desenvolvimento**

**A**s diferentes formas organizativas desenvolvidas por agricultores e agricultoras são uma das expressões mais sofisticadas da criatividade cultural das populações rurais em suas buscas por melhores ajustamentos entre os seus meios de vida e os ecossistemas em que vivem e produzem. Elas se manifestam enquanto redes de relações sociais fundadas nos princípios da cooperação e da reciprocidade ou como instituições formalmente constituídas segundo os mais variados estatutos. Independente de seu grau de formalidade, as organizações locais exercem funções determinantes na reprodução social, cultural e econômica das comunidades rurais. É por intermédio delas que normas e valores, por exemplo, são desenvolvidos para orientar a gestão comunitária dos recursos naturais e para administrar o trabalho coletivo. São elas também que viabilizam e dão legitimidade aos processos de representação do grupo social para fora da comunidade, seja nas suas relações mercantis ou nas negociações políticas. Exercem ainda a função de mediadoras dos processos de sociabilidade, criando ambientes fecundos para a produção e circulação de conhecimentos entre os membros da comunidade e entre as suas gerações.

Apesar desses papéis decisivos desempenhados pelas organizações locais de produtores e produtoras familiares, é comum que passem despercebidas pela grande maioria dos projetos convencionais voltados para o desenvolvimento. Talvez porque não sejam estruturadas e funcionem segundo os mesmos moldes aceitos (ou entendidos) pelos formuladores desses projetos. Essa é a razão pela qual programas dessa natureza insistem em ter como parte de suas metas a criação de organizações para os agricultores, como se estas já não existissem. O resultado é que milhares de associações e cooperativas foram fundadas Brasil a fora para viabilizar a implantação de projetos formulados por agentes externos às comunidades e sem a participação destas. Assim criadas, as organizações terminam tendo sua vigência efetiva limitada aos períodos de duração dos projetos, tornando-se posteriormente estruturas meramente formais sem maiores vínculos orgânicos com a vida das comunidades.

Ao assumirem o protagonismo na promoção do desenvolvimento local, agricultores e agricultoras promotores da Agroecologia têm encontrado caminhos para revitalizar e afirmar suas próprias organizações sociais. Como fruto de processos de invenção cultural, essas organizações vêm sendo atualizadas e renovadas como uma necessidade para o avanço das dinâmicas sociais de inovação agroecológica. As novas soluções técnicas desenvolvidas localmente para a gestão do meio natural cobram soluções organizativas compatíveis. Por outro lado, ao estabelecer vínculos entre os processos de transformação local e os espaços mais amplos onde são formulados e debatidos os projetos coletivos, as organizações locais passam a exercer novos papéis, posicionando-se como atores políticos que vão se identificando mutuamente a partir de interações em redes de ampla abrangência social e geográfica. Essa é a forma e o meio pelo qual a Agroecologia vem aos poucos se constituindo com o estatuto de um movimento social em formação que tem nas ações coletivas de âmbito local sua força propulsora.

Este número da *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia* enfoca justamente essa questão de relevância central para qualquer estratégia de desenvolvimento rural que se proponha a atender às necessidades socioculturais e econômicas das famílias e comunidades rurais e a construir formas de apropriação do meio natural compatíveis com sua capacidade de reprodução ecológica.

O editor



ISSN: 1807-491X

**Revista Agriculturas**  
experiências em agroecologia

v. 4, nº 2  
(corresponde ao v. 23, nº 1 da Revista Leisa)

*Revista Agriculturas: experiências em agroecologia* é uma publicação da AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa -, em parceria com a Fundação ILEIA – Centre of Information on Low External Input and Sustainable Agriculture.



ASSESSORIA E SERVIÇOS A PROJETOS  
EM AGRICULTURA ALTERNATIVA

Rua Candelária, n.º 9, 6º andar.  
Centro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil 20091-020  
Telefone: 55(21) 2253-8317 Fax: 55(21) 2233-8363  
E-mail: revista@aspta.org.br  
www.aspta.org.br

Fundação ILEIA  
P.O. Box 2067, 3800 CB Amersfoort, Holanda.  
Telefone: +31 33 467 38 70 Fax: +31 33 463 24 10  
www.ileia.info

### Conselho Editorial

Eugênio Ferrari  
*Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, MG - CTA/ZM*  
Jean Marc von der Weid  
*AS-PTA*  
José Antônio Costabeber  
*Ass. Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater, RS*  
Marcelino Lima  
*Caatinga/Centro Sabiá, PE*  
Maria Emília Pacheco  
*Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional Fase, RJ*  
Maria José Guazzelli  
*Centro Ecológico, RS*  
Miguel Ângelo da Silveira  
*Embrapa Meio Ambiente*  
Paulo Petersen  
*AS-PTA*  
Romier Sousa  
*Grupo de Trabalho em Agroecologia na Amazônia - GTNA*  
Sílvio Gomes de Almeida  
*AS-PTA*

### Equipe Executiva

Editor Paulo Petersen  
Editor convidado para este número Eugênio Ferrari  
Produção Executiva Adriana Galvão Freire  
Pesquisa Adriana Galvão Freire, Eugênio Ferrari, Nádia Maria Miceli de Oliveira e Paulo Petersen  
Base de dados de subscritores Nádia Maria Miceli de Oliveira  
Copidesque Rosa L. Peralta  
Revisão Gláucia Cruz  
Foto da capa Agricultoras e agricultores familiares do agreste da Paraíba.  
Fotógrafo Luciano Silveira  
Projeto gráfico e diagramação I Graficci  
Impressão: Holográfica  
Tiragem: 3.500

A AS-PTA estimula que os leitores circulem livremente os artigos aqui publicados. Sempre que for necessária a reprodução total ou parcial de algum desses artigos, solicitamos que a *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia* seja citada como fonte.





pág. 7



pág. 10



pág. 15



pág. 18



pág. 21



pág. 24



pág. 28

**Editor convidado** *Eugênio Ferrari*

**pág. 4**

**Sistemas agroflorestais como recurso didático para a organização dos lavradores do Alto Jequitinhonha**

**pág.7**

Thiago Rodrigo de Paula Assis e Eduardo Magalhães Ribeiro

**Saindo de trás do birô: a reconstrução do movimento sindical no agreste da Paraíba**

**pág. 10**

Luciano Silveira, Roselita Victor e Nelson Anacleto

**Da preservação das nascentes ao desenvolvimento local**

**pág. 15**

Marcio Pereira Silva

**Os agentes agroflorestais indígenas do Acre**

**pág. 18**

Fabricio Bianchini e Paola Cortez Bianchini

**A organização dos piquizeiros na Chapada do Araripe**

**pág. 21**

Claudio Ubiratan Gonçalves

**A experiência da promoção do (des)envolvimento local na Zona da Mata**

**pág.24**

Glauco Regis Florisbelo, Fernanda Testa Monteiro e Simone Ribeiro

**Organização de mulheres e convivência com o semi-árido: a experiência das cisterneiras no Rio Grande do Norte**

**pág. 28**

Conceição Dantas

**Publicações**

**pág. 32**

**Sites**

**pág. 33**

**Eventos**

**pág. 34**

**Agroecologia em Rede**

**pág. 35**

# Um novo olhar sobre a diversidade das estratégias organizativas locais

**P**odemos dizer que existe um amplo consenso no movimento agroecológico sobre a necessidade da participação ativa de trabalhadores e trabalhadoras do campo<sup>1</sup> nos processos de desenvolvimento local para que a sua sustentabilidade sociopolítica seja assegurada.

Mesmo não havendo tanto consenso assim sobre o significado de *participação*, é recorrente nos projetos de organizações da sociedade civil e, mais recentemente, em programas governamentais, o emprego de metodologias participativas de diagnóstico, planejamento, experimentação e monitoramento. Tem sido também muito comum assistirmos programas de desenvolvimento com iniciativas voltadas para organizar os trabalhadores e trabalhadoras, geralmente com vistas a cumprir metas a serem alcançadas nos seus projetos de financiamento. Esse tipo de enfoque, na maioria das vezes, tem resultado em organizações artificiais, constituídas de uma hora para outra, que se sustentam somente em função da execução do próprio programa. Assim criadas, essas organizações se limitam a operar como estruturas formais na gestão de projetos específicos, sem que consigam desenvolver vínculos orgânicos com processos sociais de base.

Já quando são criadas a partir de necessidades coletivamente vivenciadas em nível local, as organizações têm demonstrado maior capacidade de se renovar permanentemente em sintonia com os próprios processos sociais que as instituíram. A incorporação desse tipo de percepção pelos programas voltados à promoção do desenvolvimento local certamente contribuiria para que eles passassem a implementar estratégias direcionadas ao fortalecimento das organizações preexistentes ou à criação de condições necessárias para o surgimento de novas organizações que estejam afinadas com as dinâmicas sociais.

Porém, o que tem sido bem menos comum é justamente a reflexão sobre as formas e as razões pelas quais os trabalhadores e trabalhadoras se organizam por si sós, assim como sobre os papéis desempenhados por suas organizações nos processos de desenvolvimento local. Nos últimos tempos muitos estudos têm se dedicado à análise dos movimentos sociais no campo e de suas organizações, mas não temos tido muitas oportunidades de encontrar reflexões dos próprios atores envolvidos acerca de suas experiências organizativas ligadas à promoção do desenvolvimento local com base na Agroecologia.

Esse contexto talvez se deva ao fato de que, apesar da longa trajetória de constituição dos mais diversos movimentos sociais no campo, a apropriação do conceito da Agroecologia e sua transformação em bandeira de luta por parte de alguns desses movimentos seja ainda algo muito recente. Essa bandeira vem se expressando à medida que o modelo de desenvolvimento hegemônico é questionado e as alternativas construídas na prática pelas bases sociais desses movimentos são apresentadas como caminhos para que a produção de base familiar seja viabilizada nos planos social, cultural, ambiental e econômico.

Assim, por mais que os temas relacionados à promoção da Agroecologia figurem cada vez mais nas pautas de negociação dos movimentos, verifica-se ainda uma carência de reflexão

<sup>1</sup>Utilizamos o termo trabalhadores e trabalhadoras do campo sem um rigor conceitual, apenas para que todas as pessoas, de diferentes identidades socioculturais, se reconheçam como parte desse público amplo e diverso.

sobre a necessidade de reformulação da atuação dos próprios movimentos e organizações de trabalhadores e trabalhadoras do campo para que eles levem à frente essa bandeira junto às comunidades rurais. Com efeito, a opção pela Agroecologia descortina novos desafios e oportunidades para as organizações e movimentos sociais já que chama a atenção para questões importantes relacionadas à construção do protagonismo dos trabalhadores e trabalhadoras. Entre elas, destacamos duas que nos parecem essenciais: a) o empoderamento das populações rurais como agentes na construção do conhecimento agroecológico, mediante a (re)valorização das sabedorias locais sobre o uso e manejo dos recursos naturais e a sua interação com os saberes de origem acadêmica e; b) a valorização das alternativas agroecológicas desenvolvidas em nível local nos espaços mais amplos, onde são formulados e debatidos os projetos coletivos, em particular aqueles vinculados a políticas de ocupação e uso dos territórios rurais.

Nesse sentido, as inúmeras experiências de inovação e de promoção da Agroecologia empreendidas por organizações locais de trabalhadores e trabalhadoras do campo nas diversas regiões do país são a principal fonte inspiradora para o avanço da reflexão sobre o tema. Associações e cooperativas de produtores, sindicatos de trabalhadores rurais, movimentos de mulheres e jovens, pastorais religiosas e uma grande multiplicidade de grupos informais nas comunidades e municípios têm desempenhado um papel de importância crescente na construção da alternativa agroecológica no Brasil.

Este número da *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia* se inicia com artigos que analisam como alguns sindicatos de trabalhadores rurais (STRs) vêm atuando sob essa perspectiva inovadora. Na experiência de Medina, no Vale do Jequitinhonha (MG), percebe-se como, a partir de um trabalho em torno da conservação de nascentes no município, o sindicato ampliou o conhecimento sobre a realidade vivida pelas famílias de agricultores e conseguiu mobilizar diferentes atores para uma ação conjunta nas comunidades, na região e mesmo fora dela. O STR alargou sua agenda de ação política, agregando outras temáticas, e passou a exercer um papel de reconhecida importância no questionamento da exploração predatória dos recursos naturais pelas mineradoras que atuam na região e no debate sobre políticas públicas que visam atender os anseios das famílias e garantir a preservação do meio ambiente.

No artigo sobre a trajetória do Pólo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema, no agreste paraibano, são apresentados e analisados alguns dos desafios enfrentados por organizações de cunho sindical em suas ações voltadas para a promoção de um modelo de desenvolvimento local fundado em princípios agroecológicos. A necessidade de superação desses desafios na região levou as direções sindicais a se lançarem num esforço para aprofundar seus conhecimentos sobre a realidade local, o que lhes permitiu a identificação dos sistemas produtivos tradicionais como expressões de estratégias técnicas e econômicas que devem ser fortalecidas com o emprego do enfoque agroecológico. Essa iniciativa foi responsável por orientar a ação das organizações vinculadas ao Pólo, que se dedicaram a favorecer o resgate e a valorização de conhecimentos locais. No dizer de uma das lideranças, passaram a descobrir *os tesouros que estão escondidos na comunidade*, permitindo a identificação de experiências isoladas promovidas por famílias ou grupos comunitários, que acabaram se tornando referências coletivas.

A experiência de implementação de sistemas agroflorestais no Alto Jequitinhonha, também em Minas Gerais, focaliza igualmente o papel das organizações locais na condução de programas de desenvolvimento que incorporam as especificidades e culturas locais e que mobilizam a participação ativa da agricultura familiar. O artigo demonstra que, quando se parte de um enfoque holístico da agricultura, identificada com as práticas tradicionais de manejo de recursos naturais, com uma identidade que associa a agricultura aos sujeitos que a praticam, permite-se que tradição e inovação se alimentem mutuamente em processos que levam à promoção de sistemas produtivos mais sustentáveis. E “esse encontro acontece numa direção inversa àquela valorizada pelo modelo consagrado pela chamada Revolução Verde, que se limita ao aspecto produtivo e acredita que a agricultura não mais depende da natureza”.

No mesmo sentido aponta o artigo sobre os agentes agroflorestais indígenas do Acre. Partindo da constatação de que os povos indígenas detêm um amplo e complexo corpo de conhecimentos sobre os recursos naturais e seus usos, é descrita a metodologia de formação desses novos atores sociais que têm a responsabilidade de realizar um trabalho junto às suas próprias comunidades e às comunidades do entorno para garantir que a gestão dos territórios indígenas propicie qualidade de vida a essas populações.

Já a experiência dos piquizeiros, na Chapada do Araripe (CE), revela a profunda incompatibilidade entre as formas de vida e organização produtiva dessa população tradicional e as orientações das políticas públicas para o desenvolvimento implementadas na região. Levanta-se a necessidade de os programas de desenvolvimento compreenderem e valorizarem as estratégias de produção econômica e de reprodução social dos piquizeiros, que dependem essencialmente da conservação da diversidade biológica na caatinga e de sua integração com os sistemas de produção agrícola. “É na diversidade de atividades produtivas no tempo e no espaço que eles constroem seus meios de vida e suas formas de organização.”

Abordando a problemática sob o ponto de vista de uma entidade de assessoria que busca fortalecer as organizações de agricultores e agricultoras para que exerçam o papel de protagonistas na promoção do desenvolvimento local, o artigo do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA), que atua junto aos STRs dessa região mineira, identifica uma série de lições aprendidas a partir de sistematizações de experiências realizadas em quatro municípios. Essas lições se relacionam ao alinhamento inicial de expectativas dos atores envolvidos, à importância da construção compartilhada do conhecimento da realidade e ao processo participativo de planejamento e execução das ações. Sempre refletindo sobre seu papel de organização assessora que detém poder de intervir e que procura investi-lo na democratização das relações sociais nos processos de desenvolvimento local, o CTA chama a atenção para condições necessárias para que esse fim seja atingido. Entre elas a garantia da participação efetiva de mulheres e jovens, assumindo que esses grupos sociais têm acesso limitado a recursos e tradicionalmente exercem pouca influência na tomada de decisões, seja no âmbito familiar ou das organizações.

A questão envolvendo gênero e gerações, aliás, é tratada em vários dos artigos aqui apresentados, mas é no artigo sobre a experiência das mulheres cisterneiras, do Rio Grande do Norte, que são aprofundados os muitos desafios enfrentados na organização das trabalhadoras rurais, em função da invisibilidade social das mulheres, da divisão sexual do trabalho e da dificuldade de imprimir mudanças na estrutura política e social nesse campo das relações sociais. Ao mesmo tempo em que se afirma no movimento agroecológico a importância da revalorização das tradições e das culturas locais, o artigo explicita a necessidade de desnaturalizar certos mitos sexistas enraizados nas comunidades rurais, nas organizações, nos movimentos e nas próprias entidades de assessoria. O artigo descreve como essas mulheres enfrentaram o preconceito, o descrédito e a desconfiança para conquistarem um novo espaço na comunidade, abrindo caminho para a geração de renda com o aprendizado de um novo ofício.

Esse conjunto de artigos nos dá uma pequena mostra do quão ricas em ensinamentos são as experiências organizativas de trabalhadoras e trabalhadores do campo, assim como aponta para a necessidade da realização de reflexões a partir dessas práticas sociais concretas para que possamos avançar na promoção da Agroecologia no país. É preciso, sobretudo, ter um olhar atento para a diversidade dessas experiências, para identificar as formas de organização muitas vezes peculiares, autônomas, pouco formalizadas ou institucionalizadas. Sem esse cuidado no olhar, as múltiplas e variadas estratégias de luta e resistência adotadas pelos trabalhadores e trabalhadoras permanecerão invisíveis nos debates e nos processos mais amplos de construção social da Agroecologia.

Muitos consideram que essas formas de organização camponesas são coisas do passado, pré-modernas, sem lugar no mundo contemporâneo. No entanto, elas estão aí, muito presentes e carregadas de sentido no contexto atual. Como nos ensina Boaventura de Souza Santos<sup>2</sup>, “a visão reduzida do simultâneo e achatada do presente impede que se considerem contemporâneas as experiências e práticas que ocorrem simultaneamente ainda que cada uma à sua maneira”. Ele propõe combater o que chama de desperdício da experiência. Para isso, defende a necessidade de tornar visível a diversidade de estratégias organizativas e suas iniciativas concretas. Sob essa lógica, os movimentos que buscam recuperar as experiências desperdiçadas e a inclusão das realidades tidas como inexistentes não representam uma volta ao passado, mas uma invenção e reinvenção da sociedade.

**Eugênio Ferrari**  
*engenheiro agrônomo, membro  
da equipe técnica do CTA  
ferrari@ctazm.org*

<sup>2</sup> SANTOS, Boaventura de Souza. *Por uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências* (texto em PDF s/d).

# Sistemas agroflorestais como recurso didático para a organização dos lavradores do Alto Jequitinhonha

Thiago Rodrigo de Paula Assis e  
Eduardo Magalhães Ribeiro

## Uma experiência

O Vale do Jequitinhonha, localizado no nordeste de Minas Gerais, é considerado uma das regiões mais complexas do Brasil. Reportagens, pesquisas, relatórios de governo sempre enfatizam a sua extremada pobreza, seus precários indicadores sociais e a migração que se repete todos os anos. Porém, relatórios e indicadores nunca compreendem os sujeitos que vivem lá. Um olhar mais detido percebe que aquela é uma sociedade majoritariamente camponesa, ligada à terra como a uma segunda natureza, fundamentalmente auto-suficiente e voltada para mercados locais. Como isso não é visto, são conduzidos para lá programas de grande escala: barragens, reflorestamentos, mineração, que, no decorrer dos últimos 30 anos, têm privatizado e esgotado as fontes de recursos naturais e, assim, contribuído para efetivamente empobrecer o lugar e a sua população.

A sorte dos lavradores do Jequitinhonha é que nem todos, a começar por eles próprios, vêem as coisas sob essa perspectiva. Foi por isso que criaram o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV), uma organização não-governamental com sede no município de Turmalina.

Este artigo analisa a experiência do CAV apresentando as contribuições dessa organização para a inserção produtiva e política de lavradores, refletindo sobre seus métodos de trabalho e comentando as lições que podem ser retiradas dessas, aparentemente, inocentes tentativas de ousar pensar o seu local com autonomia.

Um aspecto importante a ser ressaltado ao refletir sobre essa experiência é que ela surgiu de uma noção bastante ampliada de agricultura, identificada ao mesmo tempo com a Agroecologia, com as práticas tradicionais de manejo de recursos naturais e, sobretudo, com a identidade que associa a agricultura aos sujeitos que a praticam. Essa identificação permite que cultura, tradição e manejo se encontrem; e esse encontro acontece numa direção inversa àquela valorizada pelo modelo consagrado pela chamada Revolução Verde, que se limita ao aspecto produtivo e acredita que a agricultura não mais depende da natureza. No caso aqui apresentado, persistiu uma noção holística de agricultura, que a concebe como associada fundamentalmente às relações sociais.

Por isso, desde o início, as ações do CAV voltaram-se menos aos novos protocolos de cultivo e mais ao enfrentamento dos desafios que se impunham aos agricultores da região: recuperar áreas degradadas, enfrentar os problemas da diminuição das águas, buscar formas mais sustentáveis de produção, criar alternativas de agregação de valor aos produtos da agricultura familiar, abrir novos espaços para comercializar. Temas associados à própria estrutura do processo de desenvolvimento – assuntos caros à agricultura familiar –, mas invariavelmente excluídos na reflexão sobre desenvolvimento agrícola.

## Os sistemas agroflorestais

Um dos primeiros desafios impostos ao CAV foi aliar a recuperação de áreas degradadas (os peladouras) a um modelo de produção que fornecesse consumo e renda. Foi com esse intuito que experimentaram os sistemas agroflorestais (SAFs), combinando o aspecto selvagem da floresta com o aspecto domesticado da lavoura. Fundamentalmente na certeza de que a recomposição natural da fertilidade, via matéria orgânica, pode ocorrer mais rapidamente que seu consumo na produção de alimentos. Nos SAFs a ação humana potencializa aquilo que a natureza espontaneamente proveria: a sucessão de espécies de plantas, o desbaste de ramos e a abertura de espaço de vegetação para plantas que servem como alimento ou matéria-prima.

Porém, esse caráter espontâneo dos SAFs, sua lentidão na produção de alimentos, a baixa produtividade comparada aos sistemas de cultivo intensivo e a enorme diversidade de produção que os marca acabam sendo obstáculos para sua aceitação em larga escala. Afinal, os lavradores têm que renunciar à produção imediata em favor de uma produção – ainda que seguramente sustentável – de longo prazo.





Técnicos do CAV identificando espécies florestais em área de agrosilvicultura



Celebração de monitores em área do CAV



Coleta de amostras de solo em área de monitor do CAV, em Chapada do Norte

Apesar disso, no Alto Jequitinhonha, esse sistema foi compreendido pelos agricultores como um complemento e aperfeiçoamento dos seus sistemas de produção costumeiros por pousio e das lavouras de

coivara. Assim como os sistemas tradicionais, os SAFs exigem um apurado conhecimento da terra e das plantas, entregam à natureza o trabalho de reconstruir a fertilidade, além de demandar cálculos sobre a produção possível e futura para prover o abastecimento. Por essa razão as eventuais críticas e resistências aos SAFs foram abrandadas, visto que as diferenças fundamentais entre os métodos de cultivo estariam mais no grau e periodicidade da intervenção do lavrador do que propriamente na concepção geral dos sistemas. Usando com certa liberdade os conceitos classicamente caros à extensão rural, pode-se afirmar que, nesse caso, a recorrente *tradicionalidade* dos sistemas agrícolas nativos foi, numa aparente contradição, a matriz da inovação agrícola.

## A organização capilar

Outro aspecto que favoreceu essa experiência diz respeito à forma de sua implantação. Embora seja uma iniciativa desafiadora, os SAFs foram propostos com uma novidade: sua experimentação aconteceria em áreas demonstrativas, com responsabilidade de concepção e gerenciamento compartilhada entre os lavradores que se identificassem com a idéia. Assim, no início dos seus trabalhos, o CAV articulou interessados em vivenciar profundamente os novos sistemas de produção. Os agricultores engajados na proposta foram se capacitando no coletivo, repartindo a incumbência de montar, na própria comunidade, glebas dedicadas ao aperfeiçoamento e à demonstração da eficácia da agrofloresta.

Essa novidade apresentou um triplo resultado positivo. Primeiro, transpôs para dentro da comunidade a discussão sobre a viabilidade ou não do sistema agroflorestral, atribuindo aos lavradores-monitores o papel de estimuladores desse debate. Segundo, permitiu que os monitores se valorizassem e tomassem a liberdade de realizar adaptações, introduzir mudanças e propor novas questões por conta própria, na medida em que eram responsáveis pela experimentação do sistema na sua comunidade. Terceiro, abriu para a organização um canal permanente de crítica participante, uma vez que os monitores assumiram solidariamente o destino da proposta.

Entretanto, o mais relevante foi o efeito inesperado, visto que, ao fugir de propostas de agricultura industrial/modernizada e se identificar com a agricultura

local/costumeira, a experiência criou a possibilidade de se refletir sobre novos temas, principalmente sobre a organização social, o meio ambiente e a tomada das terras comunais das áreas de chapadas. Suscitou-se, por exemplo, a percepção por parte das comunidades e dos mediadores da existência de problemas ambientais causados pelo método de fazer agricultura até então empregado. Ou seja, esse processo permitiu que a reflexão fosse além do aspecto exclusivamente agrícola para identificar outros fatores que influenciam nas mudanças produtivas, ambientais e sociais observadas na região. Com isso, os agricultores incorporaram o ambiente e a sociedade ao sistema produtivo.

Além disso, essa metodologia de trabalho, parte constitutiva da dinâmica do CAV, tornou obrigatórios nas suas preocupações cotidianas temas como família, trabalho, jovens, gênero e políticas públicas. Com a influência do CAV e de novos mediadores, esses assuntos se espalharam para os sindicatos de trabalhadores rurais e agências municipais. Assim, o método resultou numa constante atualização temática e organizativa.

## Algumas lições

Hoje o CAV desenvolve ações como as de conservação das águas; cercamento de nascentes; melhoria dos produtos locais; comercialização coletiva e estímulo aos mercados locais. A essas atividades se juntam reflexões sobre o papel da mulher na agricultura, o modelo de extensão rural que os agricultores desejam, a busca de alternativas técnicas e políticas para o semi-árido, entre outras. Esses trabalhos abriram caminhos para sua participação em programas públicos como os Territórios, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC), os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento (Consads), educação rural, gestão de bacias hidrográficas, etc.

Mesmo com seus muitos desafios e limitações, essas experiências apontam para duas certezas: que é normal que a produtividade dos sistemas agrícolas adaptados às propriedades de agricultores familiares do Alto Jequitinhonha seja baixa; e que, definitivamente, essa produtividade não cresce com os recursos técnicos da Revolução Verde, em função das barreiras topográficas à mecanização, financeiras à química agrícola, culturais aos pacotes agrícolas, orçamentárias à sedução dos subsídios, ambientais à irrigação em larga escala.

Assim, a trajetória do CAV com os SAFs e seus desdobramentos mostra que não deve haver vergonha em conceber horizontes modestos para o desenvolvimento rural do Alto Jequitinhonha. Ensina que não se deve hesitar em substituir programas que preguem o grande investimento, com a pretensão de igualar o padrão produtivo regional àquele do agronegócio, por iniciativas de

baixo custo, na escala de operação técnica e cultural da agricultura familiar da região. A experiência acumulada revela que a) mesmo poucos recursos, com gestão descentralizada e postos à disposição desses sítios, alavancam sua capacidade de auto-sustentação; e b) que as organizações locais e regionais têm condições de participar e gerir satisfatoriamente esses programas.

Um balanço da experiência só pode aconselhar que novos programas deixem de lado a perspectiva, quase sempre leviana, de eliminar sistemas produtivos tradicionais, como se a Revolução Verde ainda fosse um remédio milagroso. A extraordinária concentração de renda e terra desencadeada pelos empreendimentos rurais de grande escala comprova que é necessário pensar em propostas que ofereçam a possibilidade de inovar a partir das tradições e de transformar em fatores positivos aquelas características que são consideradas distorções dos regimes agrários.

Organizações locais como o CAV vêm provando sua capacidade de contribuir nesse sentido à medida que propõem programas que integram as especificidades e cultura locais e que agregam à sua execução uma maior participação da agricultura familiar. Mesmo com dificuldades, essas organizações têm conseguido catalisar demandas, articular atores e ações, formular projetos integrados e gerar recursos no âmbito local, proporcionando bons resultados, com menores custos.

**Thiago Rodrigo de Paula Assis**  
*engenheiro agrônomo, doutorando do curso de pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ), do Núcleo PPJ/UFLA*

**Eduardo Magalhães Ribeiro**  
*economista, professor associado da UFLA, pesquisador CNPq, do Núcleo PPJ/UFLA*

## Referências bibliográficas

- ASSIS, T. R. de P. *Agricultura familiar e gestão social: ONGs, poder público e participação na construção do desenvolvimento rural*. 2005. Dissertação (Mestrado) – PPGAD/UFLA, Lavras.
- GALIZONI, F.M. *Terra, ambiente e herança no alto Jequitinhonha, MG*. Revista de Economia e Sociologia Rural. 40(3) jul./set. 2002.
- MELO, A.P.G. *Agricultura familiar e economia solidária: a experiência em gestão de bens comuns e inserção em mercados por organizações rurais de Minas Gerais*. 2005. Dissertação (Mestrado) – PPGA/UFLA, Lavras.



Assembléia de constituição da Ecoborborema, em Alagoa Nova

# Saindo de trás do birô: a reconstrução do movimento sindical no agreste da Paraíba

Luciano Silveira, Roselita Victor e Nelson Anacleto

**A**o longo dos últimos treze anos, constituiu-se no agreste do estado da Paraíba uma experiência singular de gestão do desenvolvimento local conduzida pelas organizações de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

A progressiva consolidação dessa experiência se fundamenta no que é também seu grande ensinamento: uma estratégia política e metodológica voltada para reorientar a própria vocação dessas organizações para a promoção do desenvolvimento, ao mesmo tempo em que atribui ao conhecimento local papel central nos processos de mobilização social para a inovação agroecológica.

No início dos anos 1990, três sindicatos de trabalhadores rurais (STRs) dos municípios de Solânea, Remígio e Lagoa Seca se colocaram o desafio de buscar estratégias inovadoras de intervenção, capazes de gerar dinâmicas sócio-organizativas que atuassem sobre a essência da problemática da agricultura familiar da região. Tratava-se, para esses sindicatos, de reverter uma conjuntura de descenso do movimento sindical e de conectar suas pautas de luta, até então muito genéricas, à realidade e às motivações concretas da numerosa e diversificada agricultura familiar do agreste.

Com essa iniciativa, cumpria então seus primeiros passos a trajetória do Pólo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema: uma rede constituída atualmente por 16 sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, aproximadamente 150 associações de base comunitária e uma organização regional de agricultores ecologistas, que vêm galvanizando regionalmente

processos sociais massivos de inovação agroecológica voltados para o desenvolvimento sustentado da agricultura familiar e que envolvem atualmente um número superior a cinco mil famílias.

## A construção associada do conhecimento e das organizações

Ao estabelecer, em 1993, uma parceria com a AS-PTA, os três sindicatos se lançaram num esforço combinado de produção de conhecimentos sobre a realidade da agricultura familiar e de mobilização de suas bases sociais, por meio de processos coletivos de experimentação de inovações técnicas e político-organizativas, com vistas à promoção do desenvolvimento local em bases agroecológicas.

A realização dos primeiros diagnósticos rápidos e participativos dos agroecossistemas nos municípios fez emergir novas percepções sobre os distintos ambientes, sobre a diversidade dos sistemas produtivos e sobre os condicionantes ecológicos, econômicos e socioculturais da vida das famílias produtoras, que passaram a compartilhar esses conhecimentos em nível comunitário.

Estimulados pelos diagnósticos e pelo contato com novas experiências, por meio de visitas de intercâmbio, um número crescente de agricultores e agricultoras se envolveu em processos de experimentação promovidos em suas propriedades e comunidades. Os fluxos interativos e as iniciativas que daí se desdobraram suscitaram novas perguntas e demandas por conhecimentos que refletiam a amplitude das motivações e dos problemas a enfrentar. As questões assim postuladas desencadearam a realização de sucessivos estudos e diagnósticos sobre aspectos específicos sugeridos pelas dinâmicas sociais de inovação. Esses exercícios compartilhados de conhecimento focaram tanto temas relacionados às estratégias produtivas – como a diversidade de feijões cultivados, os sistemas de criação, o manejo dos recursos hídricos, o uso de frutas nativas e das plantas medicinais, a gestão dos arredores de casa – quanto aspectos de corte metodológico e político, como a participação das famílias mais pobres nas redes de inovação e o impacto das políticas públicas sobre a sustentabilidade da agricultura familiar regional.

A evolução dos processos de experimentação e de conhecimento da realidade resultou na configuração de um ciclo integrado de ações irradiadoras e mutuamente fecundantes. A realização dos diagnósticos permitiu que as direções sindicais não apenas entendessem melhor a estrutura e o funcionamento dos agroecossistemas, mas sobretudo que os visualizassem em sua diversidade como expressão de estratégias técnicas e econômicas peculiares das famílias. Essas iniciativas favoreceram também a identificação e a valorização do conhecimento local, ampliando e qualificando o diálogo com as famílias agricultoras. Na expressão de uma liderança local, os sindicatos desco-

briram *os tesouros escondidos nas comunidades*, ao se referir ao patrimônio de conhecimento acumulado pela agricultura familiar do agreste e às respostas criativas que tem dado ao longo do tempo a muitos dos problemas por ela enfrentados.

Os intercâmbios intensificaram as interações de agricultor para agricultor, constituindo-se um importante mecanismo de projeção das capacidades técnicas, sócio-organizativas e políticas das famílias agricultoras e se conformando, finalmente, como momentos fecundos geradores de conhecimentos e principal instrumento da disseminação de inovações e da irradiação do próprio processo de experimentação.

Da mesma forma, a participação direta de agricultoras e agricultores conferiu um novo significado à construção coletiva de conhecimentos, alterando a natureza de sua contribuição às ações para o desenvolvimento local. Simultaneamente, gerou uma identidade própria associada a sua inserção social e política nos espaços organizativos comunitários e na vida sindical, ao passarem a ser conhecidos e a se reconhecerem como agricultoras e agricultores experimentadores, integrados ao movimento emergente de inovação agroecológica.

Coordenadas pelos próprios STRs e animadas pelos agricultores-experimentadores, uma grande multiplicidade de práticas agroecológicas se disseminaram nos sistemas produtivos da região. Ao mesmo tempo, vão se estruturando diversas expressões coletivas de promoção do desenvolvimento da agricultura familiar nas comunidades. Inovações sócio-organizativas de gestão de recursos, como os Bancos de Sementes e os Fundos Rotativos Solidários, dão suporte aos processos comunitários de inovação, viabilizando o acesso a sementes, mudas, esterco, cercas de tela, cisternas de placa e outras infra-estruturas hídricas. Agricultores e agricultoras passaram também a ter uma participação mais ativa na vida das comunidades, discutindo e refletindo sobre a realidade da agricultura familiar, as formas de superação de seus problemas, assim como participando da gestão de recursos coletivos.



Diagnóstico Ambiental do Pólo da Borborema, em Remígio

Com a dinamização dos espaços de interação e de organização comunitárias, a estrutura vertical e presidencialista dos sindicatos, bem como as tradicionais formas associativas de subordinação clientelista ao poder local, foi progressivamente dando lugar a processos político-organizativos autodeterminados pelas famílias nas comunidades. As ações de desenvolvimento estimuladas pelos STRs passaram a ser crescentemente compartilhadas e conduzidas em parceria com as associações locais, estreitando as relações em torno a objetivos comuns. No dizer de lideranças envolvidas, os sindicatos começaram a *sair de trás do birô*, onde se ocupavam essencialmente dos trâmites formais da previdência social, e passaram a se empenhar em iniciativas de desenvolvimento das comunidades de seus municípios.

Na medida em que se reconhecem como produtores e gestores de conhecimento e que incorporam a identidade de promotores do desenvolvimento local, dirigentes sindicais e lideranças comunitárias passaram também a perceber, de forma diferente e mais apropriada, o papel das entidades assessoras, ao assumirem de forma autônoma parte significativa das atribuições anteriormente por elas desempenhadas. Os sindicatos, por exemplo, constituíram comissões compostas por agricultores-experimentadores para encaminhar os processos de inovação agroecológica em torno a alguns temas mobilizadores da experimentação. Essas comissões passaram a atuar como espaços de planejamento, monitoramento e avaliação do trabalho junto aos grupos de experimentação nos seus respectivos municípios, deixando de contar integralmente com a iniciativa da assessoria para que essas atividades fossem realizadas.

Dessa forma, a ação da organização sindical deixou de estar limitada aos membros das direções que dão expediente e atuam mais regularmente na grande maioria dos STRs – presidente, secretário(a) e tesoureiro(a) –, abrindo-se a uma participação orgânica e mais ampla de outros dirigentes identificados com a nova forma de atuar e, sobretudo, de agricultoras e agricultores experimentadores que se incorporam às ações de promoção da Agroecologia como novos sujeitos políticos da vida sindical. Essa evolução contribuiu de forma decisiva para a democratização da esfera sindical, atenuando as relações centralizadoras exacerbadas, tradicionalmente presentes, nas direções sindicais. Prova disso é que, nas sucessivas eleições ocorridas nos últimos anos nos três sindicatos, assistiu-se a uma clara renovação da composição das direções em favor desses sujeitos sociais emergentes.

Nessa evolução, cabe destacar a participação das mulheres, tanto nos processos locais de experimentação, ao incorporarem temas de trabalho de interesse específico – como plantas medicinais ou ainda a água para o consumo da casa –, quanto na construção de um novo sujeito político. A valorização da presença feminina nas redes de inovação e de sua contribuição à economia familiar, bem como sua inserção nos espaços públicos (nos



Seminário do Pólo da Borborema sobre movimento sindical



Mística de abertura do Seminário do Pólo da Borborema sobre movimento sindical

STRs, na catequese familiar, nas associações, etc.), vem favorecendo um maior equilíbrio do poder decisório entre gêneros, seja no âmbito do núcleo familiar ou na esfera pública, contribuindo para uma maior equidade e sustentação sociopolítica do processo de construção e promoção de um modelo de desenvolvimento para a região.

## A emergência do Pólo Sindical e o aumento de escala

O avanço da proposta de desenvolvimento local e da constituição das redes de inovação nos municípios de Solânea, Remígio e Lagoa Seca foi aos poucos se irradiando e despertando o interesse de sindicatos e de outras organizações de agricultores dos demais municípios do agreste paraibano. As experiências bem-sucedidas no campo da gestão dos recursos hídricos e do manejo de estoques coletivos de sementes realizadas, nesses municípios, ganharam particular visibilidade após a seca do biênio 1998-1999, ao garantirem, nessa conjuntura adversa, maior estabilidade e capacidade de resistência aos sistemas produtivos familiares.

Esse fato motivou os sindicatos da região, então associados ao espaço de articulação preexistente – o Pólo Sindical da Borborema –, a mobilizarem suas bases nas comunidades para divulgar as experiências em Agroecologia desenvolvidas pelos sindicatos de Lagoa Seca e Remígio, ambos já integrados ao Pólo.

Essa ação pró-ativa das organizações no sentido de irradiar e dar maior alcance às redes de agricultores-

experimentadores recolocou na ordem do dia a idéia já em maturação de ampliar a escala dos processos sociais de inovação ao conjunto do agreste paraibano. Para tanto, a constituição de um ator regional capaz de assumir a coordenação política e metodológica desses processos se colocou como condição fundamental para que o aumento de escala fosse efetivamente assumido como um projeto das organizações da agricultura familiar da região. A aposta recaiu sobre o Pólo Sindical da Borborema como espaço político-organizativo unificador do conjunto das organizações da agricultura familiar em torno à construção de um projeto comum de desenvolvimento local e de promoção da Agroecologia.

As bases desse projeto foram estabelecidas por ocasião do I Seminário da Agricultura Familiar do Departamento da Borborema, realizado em 2001, com a participação de representações de 14 municípios da região. Foi então tomada a decisão de que o Pólo, com a assessoria da AS-PTA, formularia e implementaria uma estratégia de promoção de desenvolvimento regional assentada em um programa de formação estruturado em dois eixos: o primeiro tendo como objeto os temas relacionados à inovação agroecológica, e o segundo com foco nas políticas públicas, orientando-se para extrair ensinamentos das experiências inovadoras em curso na região e gerar subsídios para formular e defender propostas de políticas voltadas à generalização da Agroecologia.

Ao mesmo tempo em que as redes de inovação e os intercâmbios de experiências se intensificaram nos municípios, o Pólo, em aproximações sucessivas, empenhou-se em criar capacidades próprias para a gestão do processo.

A partir da necessidade de aprimoramento de suas formas de organização interna, foi incorporada à sua estrutura a experiência exitosa das comissões temáticas, ficando cada uma responsável por conceber, executar e monitorar o avanço dos trabalhos de experimentação, sistematização e intercâmbio, segundo seus recortes específicos. Vigoram atualmente cinco comissões: recursos

genéticos, recursos hídricos, saúde e alimentação, criação animal e cultivos ecológicos.

Assim como na experiência anterior, além das lideranças sindicais, as comissões contam com a participação ativa de agricultoras e agricultores-experimentadores com acúmulos nos seus respectivos temas. Prevaleceu também, na dimensão de atuação do Pólo, o princípio da descoberta dos tesouros escondidos, o que permitiu a identificação de um conjunto significativo de práticas inovadoras promovidas por famílias ou grupos comunitários de municípios ainda não inseridos em um trabalho mais estruturado de experimentação agroecológica. Muitas dessas experiências socialmente ocultas se tornaram referências para as atividades das comissões. Entre elas, o banco de sementes comunitário existente desde 1974, na comunidade São Tomé, em Alagoa Nova; a prática do semeio em Massaranduba, semelhante ao sistema tradicional do *frijol tapado* adotado na América Central; e os fundos rotativos solidários de cisternas, no município de Soledade.

Os temas relacionados a políticas públicas também passaram a ser tratados no âmbito das comissões. Por exemplo, a política estadual de sementes é discutida pela comissão de recursos genéticos, enquanto a gestão do programa de cisternas corresponde à comissão de recursos hídricos.

As experiências bem-sucedidas realizadas na região e monitoradas por essas comissões temáticas são analisadas e contrastadas com as propostas para o desenvolvimento da agricultura propugnadas pelos diferentes instrumentos e operadores de políticas públicas, como as de extensão rural, de crédito, de pesquisa agrícola, e os programas de distribuição de sementes, dentre outros. Com base nesse enfoque comparativo, o debate sobre modelos de desenvolvimento ganhou maior nitidez. Dessa forma, pouco a pouco, as redes de agricultores-experimentadores articuladas pelo Pólo se constituíram também como espaços de debate e ação política em defesa de um projeto próprio para o desenvolvimento do território.



Visita de intercâmbio de experiências em saúde e alimentação, em Solânea



Feira de troca de produtos da agricultura familiar, em Arara



Foto maior: Encontro municipal em comemoração ao Dia Mundial da Água, em Massaranduba. Foto menor: Encontro da Agricultura Familiar do Pólo da Borborema

Além disso, um programa de formação em políticas públicas é direcionado à coordenação do Pólo e enfoca o conjunto das ações a partir de uma perspectiva mais abrangente, integrando os debates feitos nas comissões temáticas. A coordenação do Pólo é composta majoritariamente por lideranças também inseridas nas comissões temáticas, assegurando assim permanentes vínculos entre seus membros e as redes de experimentação agroecológica que se capilarizam na região.

## Novos desafios

A gestão do programa de desenvolvimento local numa escala territorialmente mais ampla e mais complexa do ponto de vista sociopolítico tem colocado ao Pólo a necessidade de equacionar e enfrentar diferentes e novos desafios.

Em primeiro lugar, constatou-se a necessidade de construir uma melhor compreensão sobre as principais características dos agroecossistemas da região, de forma a otimizar e a articular o planejamento e a implementação do programa no conjunto altamente diverso de situações existentes nos 16 municípios integrados ao Pólo. Essa foi a razão que justificou a realização de um diagnóstico de agroecossistemas de abrangência regional.

A primeira etapa, que compreendeu o estudo dos diferentes ambientes e suas principais implicações sobre os agroecossistemas, já forneceu importantes subsídios para as comissões temáticas planejarem suas estratégias. Entre outros aspectos, o conhecimento produzido e traduzido em mapas de molduras ambientais permitiu a visualização das homogeneidades e das heterogeneidades inter e intramunicipais. Isso significa que, em termos re-

gionais, as comissões temáticas devem considerar as continuidades e descontinuidades geográficas no planejamento da experimentação, uma vez que um mesmo tipo de ambiente pode atravessar vários municípios. Em contrapartida, no âmbito dos municípios, os sindicatos também devem levar em conta a existência de diferentes situações socioambientais, não podendo, portanto, organizar suas estratégias para a transição agroecológica como se o município fosse um todo homogêneo.

Tendo exercitado sua estrutura funcional e suas estratégias de atuação durante três anos, o Pólo entendeu também que precisava se institucionalizar juridicamente de maneira a assumir formal e autonomamente a gestão de seus próprios projetos de financiamento. Assim, constituído como pessoa jurídica desde 2004, o Pólo conta atualmente com sede própria, serviços de secretaria e administração financeira, além de equipe técnica composta por dois profissionais. Ao mesmo tempo, projetos em parceria com organismos estatais de fomento abriram a possibilidade de sua viabilização do ponto de vista financeiro, em que pese a contrapartida de experiências burocráticas desproporcionais à capacidade administrativa instalada.

De toda forma, para além dos enormes avanços acumulados, grande investimento na criação e desenvolvimento de capacidades próprias permanecerá sendo demandado para que o Pólo mantenha as condições institucionais, políticas e administrativo-financeiras adequadas para assegurar sua vocação tanto como agente estimulador de dinâmicas sociais de inovação agroecológica, quanto como ator político capaz de promover, em articulação com as organizações da sociedade civil e nas esferas estatais, as proposições da agricultura familiar para o desenvolvimento do agreste paraibano.

**Luciano Silveira**

eng. agrônomo, coordenador do Programa Local da AS-PTA no agreste da Paraíba  
[luciano@aspta.org.br](mailto:luciano@aspta.org.br)

**Roselita Victor**

agricultora, integrante da direção do STR de Remígio e da Coordenação do Pólo  
[roselitavitor@yahoo.com.br](mailto:roselitavitor@yahoo.com.br)

**Nelson Anacleto**

agricultor, integrante da direção do STR de Lagoa Seca e da Coordenação do Pólo  
[poloborborema@uol.com.br](mailto:poloborborema@uol.com.br)

## Referências bibliográficas

PETERSEN, P. e SILVEIRA, L. Construção do conhecimento agroecológico em redes de agricultores-experimentadores: a experiência de assessoria ao Pólo Sindical da Borborema. In: *Construção do conhecimento agroecológico: novos papéis, novas identidades*. Rio de Janeiro, ANA, 2007.



Nascente na comunidade de Tombo

# Da preservação das nascentes ao desenvolvimento local

Marcio Pereira Silva

**O** município de Medina, localizado na região do Médio Jequitinhonha, Minas Gerais, assim como outros municípios vizinhos, vivencia um grande desafio relacionado aos rumos do seu desenvolvimento. A expansão desenfreada da atividade mineradora realizada por empresas de extração de granito vem causando enormes danos ambientais, colocando em risco a permanência das famílias de agricultores que compõem a maior parte da população rural da região.

A partir da iniciativa de um grupo de agricultores e agricultoras, que entendiam que o seu futuro estaria comprometido caso não se mobilizassem para reverter as tendências de degradação das nascentes em função da

mineração de granito, o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Medina se sensibilizou e passou a tomar providências concretas. De forma articulada com associações comunitárias do município, o STR procurou estabelecer parcerias com outras instituições no sentido elaborar e executar uma estratégia para enfrentar o problema. O Instituto dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Vale do Jequitinhonha (Itavale), uma entidade de abrangência regional, e a Universidade Federal de Lavras foram os primeiros a se comprometer e, por meio dessa parceria interinstitucional, foi desenvolvido o projeto Gestão e Conservação de Nascentes de Medina. A ação articulada em torno à execução desse projeto criou as condições para que, com o tempo, outras questões relacionadas ao desenvolvimento local fossem incorporadas à agenda dessas instituições.

## O ponto de partida

O meio rural da região é essencialmente ocupado por uma agricultura de base familiar, produtora de lavouras diversificadas e de pequenos animais. A principal fonte de sustento das famílias dos municípios é a produ-

ção própria ou a renda da aposentadoria dos idosos. Embora a agricultura de Medina enfrente sérias dificuldades como resultado do histórico descaso do Estado com relação à produção familiar, a chegada das empresas de mineração ao município agravou bastante a situação.

Apesar disso, sob o pretexto de gerar emprego e renda, a extração do granito nas pedreiras de Medina foi fortemente incentivada, sendo beneficiada pela administração municipal com a isenção de impostos por um período de quinze anos. Atualmente, existem 31 pedreiras distribuídas em diferentes localidades do município e, ainda que seja uma atividade recente na região, a mineração já causou danos ambientais e sociais graves devido à sua exploração desordenada e sem planejamento.

Para enfrentar a situação, as organizações dos agricultores decidiram fazer um levantamento sobre as condições das nascentes nas áreas rurais. Para tanto, contaram com a contribuição de uma turma de alunos do projeto Semear<sup>1</sup> composta por jovens e adultos das próprias comunidades. Em conjunto, alunos e famílias das comunidades elaboraram desenhos em cartazes para mapear e descrever como se encontravam as nascentes.

Após a finalização do levantamento, foi realizado o Seminário de Gestão das Águas, oportunidade em que os resultados da pesquisa foram apresentados e debatidos. A partir daí, o trabalho foi ganhando uma dinâmica própria, buscando sempre levar a discussão a outros espaços, como reuniões, seminários e fóruns regionais e estaduais, além de apresentar reivindicações ao poder público local e organizar passeatas e manifestações.

## Articulando parcerias e novos temas

A parceria do sindicato com a Universidade Federal de Lavras permitiu que outras organizações de fora do município fossem incorporadas ao processo<sup>2</sup>, inclusive facilitando a obtenção de financiamentos para assegurar o avanço dos trabalhos. Na própria região, o sindicato conseguiu também angariar apoios importantes de outras organizações locais, como as Associações de Assentados da Reforma Agrária, a Associação Escola Família Agrícola do Médio e Baixo Jequitinhonha (Aefambaje) e alguns STRs de outros municípios.

O avanço dos trabalhos foi conduzido de forma que a iniciativa não ficasse restrita a ações voltadas para a conservação das nascentes, cuja situação a cada dia se torna mais preocupante. Assim, desde o início da experiência, há oito anos, o sindicato e seus parceiros mobilizaram as comunidades do município para a realização de um conjunto de atividades importantes, dentre as quais destacam-se: o cercamento de 16 nas-

centes; visitas de intercâmbio a experiências inovadoras com enfoque agroecológico; seminários na Escola Família Agrícola Bontempo, situada em Itaobim (MG); cursos técnicos para os agricultores e agricultoras realizados na Universidade Federal de Lavras; oficinas de capacitação sobre produção de mudas de espécies nativas e construção de viveiro de mudas; Seminários de Gestão das Águas e Meio Ambiente e Feiras Municipais de Reforma Agrária em Medina; e produção de cartilhas e boletins informativos para divulgação das experiências.

As questões da preservação das nascentes, o cuidado com a produção de alimentos saudáveis e a situação geral do meio ambiente no município foram os temas a partir dos quais todas essas iniciativas foram motivadas.

Além disso, foram promovidas reflexões junto às comunidades para que elas se mobilizassem para construir alternativas viáveis para o desenvolvimento local que respondessem às suas necessidades e anseios. Vale destacar que a constante reflexão e o resgate das ações desenvolvidas são importantes para a continuidade da caminhada.

## A sistematização da experiência e seus impactos

Recentemente, o Itavale realizou uma sistematização sobre a trajetória do trabalho no município. Além de avaliar a experiência em si, esse esforço teve como objetivos fornecer referências para organizações que desejam promover iniciativas similares em outras regiões, sensibilizar os poderes públicos nas esferas municipal e regional sobre o potencial do enfoque agroecológico para o desenvolvimento rural e, por fim, fundamentar a construção coletiva de alternativas de conservação da natureza, de modo a influenciar as políticas públicas implementadas no Médio Jequitinhonha.

Nesse sentido, a sistematização consistiu na descrição das formas atuais do uso da água pelas comunidades, na identificação dos setores rurais que possuem maior número de nascentes e quais deles enfrentam os maiores problemas de escassez de água.

A sistematização permitiu também a realização de um levantamento de informações mais gerais sobre a situação das comunidades rurais no município.

<sup>1</sup>Projeto de educação de jovens e adultos implantado pela Central Única de Trabalhadores (CUT) em parceria com o STR de Medina.

<sup>2</sup>As organizações foram: Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar Justino Obers (Núcleo PPJ); Universidade Federal de Lavras; Programa Universidade Solidária, pela Petrobras; Federação Nacional dos Estudantes em Administração (Fenead); Coordenadoria Ecumênica de Serviços (Cese); Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da Secretaria de Agricultura Familiar.



Entrevista da equipe de sistematização com agricultores de Medina

Entre os temas enfocados estavam o acesso à educação, à terra, à água e ao crédito; a situação da documentação das famílias; as condições sanitárias e tipos de moradia; a disponibilidade de energia; a participação em organizações; e o envolvimento na experiência de gestão e conservação de nascentes. Essa foi também uma oportunidade para quantificar o número de famílias nas comunidades e atualizar a leitura sobre seus sistemas de produção. O diagnóstico foi realizado com uma amostra de aproximadamente 30% das pessoas de 29 comunidades rurais.

**O documento final foi apresentado e referendado nas próprias comunidades. Foi também apresentado em um seminário realizado na sede do município que contou com a participação de cerca de 300 pessoas, a maioria representantes das comunidades rurais, mas também de escolas, de organizações parceiras, de órgãos públicos, como o Instituto Estadual de Florestas (IEF), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater), e algumas ONGs que atuam no Médio Jequitinhonha.**

O diagnóstico teve grande importância na orientação dos trabalhos do sindicato, uma vez que permitiu conhecer melhor a realidade da agricultura do município e verificar os resultados positivos de sua atuação durante os oito anos de execução do projeto de conservação de nascentes.

Os agricultores e agricultoras, por sua vez, percebem que as coisas estão mudando aos poucos em suas comunidades. As famílias avaliaram que o trabalho desenvolvido trouxe um ganho de consciência ambiental considerável. Hoje as nascentes são preservadas, pois sabe-se que a água é um recurso que pode se esgotar a qualquer dia. Portanto, a experiência possibilitou também o maior envolvimento e interação social entre os trabalhadores e trabalhadoras em ações para a valorização desse recurso natural de grande importância para todos. Um maior cuidado com relação ao destino do lixo doméstico também é generalizado. Além disso, houve uma revalorização da cultura local, com a reorganização dos grupos de reisado e contra-dança, que foram convocados a se apresentar nos momentos culturais durante os seminários e feiras.

Muitos agricultores e agricultoras reconhecem a importância do sindicato nesse processo e o consideram como uma escola que não tiveram quando jovens, já que é lá que se mantêm informados “sobre tudo o que acontece e que seja de nosso interesse”. As associações comunitárias rurais também têm buscado atuar contra a degradação do meio ambiente e assegurar a participação de seus representantes nos Conselhos Municipais (de Desenvolvimento Rural, Saúde, Assistência Social, Criança e Adolescente, Segurança Pública) e nos fóruns de abrangência regional e estadual em que o tema é debatido.

*Marcio Pereira Silva  
acadêmico de Serviço Social e  
funcionário do STR Medina  
itavale2004@yahoo.com.br*

# Os agentes agroflorestais indígenas do Acre

Fabrizio Bianchini e  
Paola Cortez Bianchini

## Os povos indígenas no Acre

A partir do século XIX, o território hoje compreendido como o estado do Acre foi invadido por frentes de ocupação brasileiras e peruanas, que chegaram para a extração do látex da seringueira (*Hevea brasiliensis*) e do caucho (*Castilloa elastica*), ambos comercializados como matéria-prima para a produção de pneumáticos, elemento básico da indústria automobilística.

Estima-se que, no período anterior à chegada dos seringalistas, existiam cerca de 50 povos indígenas na região. O contato entre esses povos e os exploradores resultou nas correrias, termo que representa a fuga dos índios rio acima visando escapar do massacre físico e cultural promovido pelos seringalistas, e no cativeiro, ou seja, a captura e escravização dos indígenas para o trabalho nos seringais.

Com a crise nos preços da borracha, no final da década de 1970, muitos seringais foram desconstituídos. Foi também nesse período que lideranças indígenas iniciaram as lutas pelos seus direitos<sup>1</sup>. As décadas seguintes (1980 e 1990) foram marcadas pela consolidação da identificação e demarcação dos territórios tradicionais e configuram o Tempo dos Direitos, posteriormente chamado de o Tempo do Governo dos Índios no Acre, quando as comunidades indígenas se organizaram para estabelecer seus próprios projetos de vida, assumindo o processo de autogestão de seus territórios.

### Quadro. Famílias lingüísticas e etnias indígenas no Acre

Família Lingüística	Pano	Aruak	Arawá
Etnias	Apolima-Arara; Jaminawa; Jaminawa-Arara; Katukina; Kaxinawá; Naua; Nukuni; Poyanawa; Shanenawa; Shawãdawa; Yawanawá	Ashaninka; Manchineri	Kulina

Fonte: Comissão Pró-Índio do Acre.

Atualmente, o Acre abriga uma das maiores sociobiodiversidades do planeta: possui 14 diferentes povos indígenas, falantes de três famílias lingüísticas: Pano, Aruak e Arawá (ver Quadro). Eles habitam 34 terras indígenas, ocupando uma área de aproximadamente 2,4 milhões de hectares, o que corresponde a 14% do território do estado. A população indígena no Acre é estimada em 13,3 mil pessoas e o povo mais numeroso é o Kaxinawá (cerca de seis mil pessoas). Ainda podem ser encontrados índios isolados, com pouco ou nenhum contato com a sociedade não-indígena, nas áreas de fronteira com o Peru.

Entretanto, a conquista do território demarcado trouxe novos desafios para as populações indígenas. Além da vigilância e fiscalização de suas terras, a gestão territorial e ambiental e as relações sociais e econômicas com as comunidades do entorno passaram a figurar entre as preocupações desses povos.

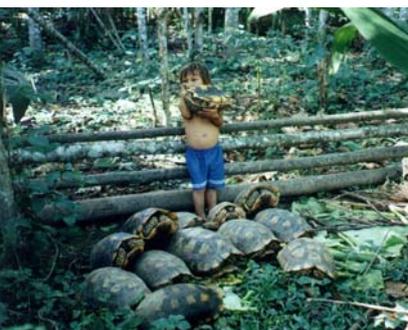
## O surgimento dos agentes agroflorestais indígenas como novos atores no processo organizativo

A Comissão Pró-Índio do Acre (CPI/Acre) é uma organização não-governamental criada em 1979 com o objetivo de prestar assessoria às populações indígenas em suas lutas pela conquista e o exercício de seus direitos coletivos. Assessora também iniciativas inovadoras voltadas à formulação, execução e acompanhamento de políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal.

Visando superar os novos desafios relacionados à qualidade de vida das populações indígenas, a CPI/Acre deu início, em 1983, a atividades educacionais junto a professores indígenas. Essas ações são voltadas

para a formação de lideranças indígenas, visando a organização e a participação dessas comunidades no processo de desenvolvimento sustentável. Essas ações são voltadas para a formação de lideranças indígenas, visando a organização e a participação dessas comunidades no processo de desenvolvimento sustentável.

<sup>1</sup> Essas lutas foram apoiadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai), assim como por outras entidades, como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), criado em 1972 pela Igreja Católica, e a Comissão Pró-Índio do Acre (CPI/Acre), fundada em 1979



para a formação básica e profissionalizante de jovens e adultos por meio de um processo de formação continuada nas áreas de educação, saúde, agricultura e meio ambiente.

Dessa forma, agentes de saúde indígenas também passaram a ser formados em programas permanentes nos quais desenvolvem-se práticas de promoção da saúde integradas às ações nos campos do manejo agrícola e florestal e de saneamento básico das aldeias. Temas como segurança alimentar e plantas medicinais fazem parte do conteúdo dessa formação, permitindo o relacionamento entre os debates sobre alimentação, saúde e meio ambiente.

Em 1996, como resultado da formação dos professores indígenas e dos agentes indígenas de saúde, percebeu-se a necessidade de um novo processo

educacional que contemplasse a questão da gestão territorial e ambiental, articulando-a ao tema da segurança alimentar. Surgiu assim a proposta de formação dos agentes agroflorestais indígenas (AAFI), novos atores sociais responsáveis por realizar um trabalho educativo e participativo junto às comunidades indígenas e seu entorno para garantir que a gestão dos territórios proporcione mais qualidade de vida para as populações que neles vivem. Os AAFIs atuam na implementação e experimentação de tecnologias inovadoras voltadas para a promoção de maiores níveis de segurança alimentar e nutricional. Essas inovações abrangem práticas em sistemas agroflorestais (SAFs), de criação racional de animais domésticos e silvestres, monitoramento ambiental e manejo agroextrativista. Atualmente o Setor de Agricultura e Meio Ambiente da CPI/Acre trabalha com a formação profissionalizante de 126 jovens e adultos indígenas, de dez povos, em 21 territórios no estado do Acre e sudeste do Amazonas.

## A proposta pedagógica e técnica

Os povos indígenas detêm um amplo e complexo conhecimento sobre como utilizar recursos naturais para atender as demandas de suas comunidades. As estratégias

tradicionais de reprodução e domesticação de plantas demonstram quão valiosos são esses conhecimentos, que podem ser facilmente identificados ao observarmos a imensa diversidade de espécies e variedades existentes em seus roçados e SAFs tradicionais. As intervenções realizadas pelos povos indígenas nos ecossistemas, como a prática de abertura ou enriquecimento de roçados e clareiras, são orientadas no sentido de incrementar a diversidade das espécies, por meio da seleção e reprodução das plantas de interesse. Exemplo disso são os sistemas agroflorestais inovadores que vêm sendo implantados nas terras indígenas. Ao introduzirem espécies exóticas e nativas, como palmeiras, plantas medicinais, frutíferas e plantas de ciclo anual para atração de caça, os indígenas procuram estabelecer uma analogia ecológica entre os SAFs e os ecossistemas naturais.

A proposta pedagógica utilizada na formação dos AAFIs articula quatro diferentes modalidades: os cursos intensivos presenciais, que ocorrem em Rio Branco; as oficinas itinerantes e as assessorias, que ocorrem nas terras indígenas; e os intercâmbios, que são visitas para troca de experiência entre os grupos. Todas as ações são conduzidas segundo processos de comunicação bilíngüe e intercultural, metodologia esta que se tornou referência nas políticas indigenistas contemporâneas no Brasil<sup>2</sup>. Por meio do conceito de autoria, aplicado nas práticas de ensino e aprendizagem, os agentes agroflorestais são incentivados a identificar, analisar e sistematizar conhecimentos sobre os ambientes naturais e sociais em que vivem, bem como formular proposições para as questões relacionadas ao desenvolvimento local. Ao mesmo tempo, repassam tais conhecimentos organizados a outros (Nietta, 2007).

Os cursos intensivos ocorrem uma vez ao ano, no Centro de Formação dos Povos da Floresta (CFPF), um sítio de 31 hectares onde, durante os cursos de formação, são implantados modelos demonstrativos de sistemas agroflorestais, horta ecológica e criatórios de quelônios, peixes, animais domésticos de pequeno porte e abelhas nativas. Os eventos envolvem turmas de 20 a 40 indígenas de diversas etnias e regiões do estado do Acre e possuem carga horária aproximada de 300 horas/aula, distribuídas em 30 a 45 dias. Os conteúdos abordados nos cursos são organizados em duas áreas distintas: nos domínios do saber da formação profissionalizante que incluem os temas do manejo agroflorestal e de recursos naturais, e os domínios do saber da formação básica que englobam, entre outras disciplinas, as línguas indígenas e portuguesa, química e biologia, todas abordadas tendo o tema do meio ambiente como eixo gerador.

As oficinas itinerantes possibilitam a formação dos AAFIs e demais comunitários das aldeias. As assessorias são os momentos de formação em que os assessores da CPI/

<sup>2</sup>O trabalho educativo de autoria inspirou as diretrizes de políticas federais no Ministério de Educação. O Referencial Curricular Nacional de Escolas Indígenas e o Referencial Para a Formação de Professores Indígenas foram elaborados sob a coordenação de Nietta Lindenberg Monte, que contou com uma equipe da qual participaram muitos dos assessores e consultores da CPI/Acre.



Fotos: Arquivo CPI/AC

Acre realizam visitas às terras indígenas com o objetivo de acompanhar os trabalhos dos AAFIs em seus contextos socioculturais, ambientais e políticos específicos. Já os intercâmbios proporcionam a aprendizagem por meio da troca de experiência e da observação e contato com outras realidades (geográficas, ambientais, culturais, políticas e econômicas).

Atualmente a Comissão Pró-Índio do Acre busca o reconhecimento da formação dos AAFIs como curso técnico profissionalizante. Em 2002, foi fundada a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (Amaaic), responsável por realizar parcerias e articulações com as instituições governamentais e da sociedade civil, em defesa da categoria social dos agentes agroflorestais e populações indígenas de maneira geral.

## Os conceitos e as práticas em ação

Em conjunto com suas comunidades, compete aos AAFIs a produção de alimentos para todos os seres da floresta, a manutenção e reprodução das práticas agrícolas milenares de seus povos e a reflexão crítica sobre as práticas interculturais. Nesse sentido, o trabalho de promoção dos sistemas agroflorestais e as atividades de manejo da fauna tornam-se espaços privilegiados para o enfrentamento conjunto desses desafios: produção de alimentos, recuperação e preservação ambiental e integração de saberes tradicionais com novos saberes.

Como já foi mencionado, o AAFI planeja suas ações juntamente com a comunidade da qual faz parte. A participação e cooperação dos demais atores, como o professor indígena, o agente de saúde e as lideranças, são essenciais para que a comunidade indígena crie melhores condições para superar os desafios relacionados à manutenção e à reprodução de sua cultura. As lideranças tradicionais percebem os AAFIs como mensageiros, que trazem novidades para dentro das terras indígenas. Suas mensagens são discutidas, experimentadas e em geral são incorporadas e adaptadas localmente. Esse diálogo efetivo com as lideranças mais antigas garante que o exercício da interculturalidade vivenciado nos processos de formação fortaleça a coesão social dos grupos indígenas.

Os SAFs podem ser observados em várias unidades da paisagem das terras indígenas: nas capoeiras enriquecidas, nos roçados antigos, nas trilhas, nos varadouros e nas matas

ciliares. Essa diversidade de ambientes onde os SAFs são implantados associa-se também a diferentes composições florísticas dos mesmos, aspecto esse que favorece tanto os processos ecológicos quanto a segurança alimentar das comunidades indígenas. Com o enriquecimento de áreas de mata e de capoeira, as queimadas para implantação de novos roçados ou para abertura de áreas de pastagem deixam de ser praticadas. Esse fato tem possibilitado que as atividades de coleta de frutas e de madeira para a construção de casas, bem como a caça, possam ser realizadas a distâncias menores das aldeias.

O trabalho de implantação e manejo dos SAFs é basicamente realizado pela família, envolvendo homens, mulheres e crianças. Em geral ele se inicia com o cultivo das culturas anuais consorciadas com diferentes espécies frutíferas (exóticas e nativas) e florestais de uso múltiplo, que são introduzidas por meio do plantio direto das sementes ou por mudas produzidas em viveiros. Associa-se também aos SAFs a criação de animais silvestres e domésticos, como peixes, aves, suínos, abelhas indígenas e quelônios. Dessa forma, procura-se desenvolver modelos sustentáveis de manejo e criação desses animais.

O reconhecimento e a valorização dos AAFIs nas comunidades ocorrem à medida que os resultados positivos de seus trabalhos vão sendo percebidos. O incremento da segurança e da diversidade alimentar nas aldeias, a regionalização da merenda escolar, a recuperação de áreas degradadas, o fortalecimento das economias familiares por intermédio da comercialização da produção excedente e o enriquecimento dos conhecimentos são alguns dos efeitos diretos desses trabalhos.

Nesse sentido, o trabalho de formação de AAFIs tem permitido que agentes locais tenham acesso a novos conhecimentos e atuem no fortalecimento das organizações locais e na coesão comunitária a partir da construção de ambientes propícios ao diálogo e à experimentação de inovações em suas comunidades e entornos.

**Fabricio Bianchini**  
engenheiro agrônomo, assessor do Setor de Agricultura  
e Meio Ambiente da CPI/Acre  
[fabricio@cpiacre.org.br](mailto:fabricio@cpiacre.org.br)

**Paola Cortez Bianchini**  
mestre em Agroecossistemas, coordenadora da área  
técnica agroflorestal da Escola da Floresta (IDM/AC)  
[cortez\\_12@yahoo.com](mailto:cortez_12@yahoo.com)

<sup>3</sup>O centro é reconhecido como escola de formação de professores pelo Conselho Estadual de Educação do Acre.

# A organização dos piquizeiros na Chapada do Araripe

Claudio Ubiratan Gonçalves

**O**s extrativistas do piqui (*Caryocar Brasiliensis*, *Cambess*) da comunidade de Cacimbas, no alto da Chapada do Araripe, são herdeiros dos valores pregados pelo Padre Cícero, relacionados à disciplina cristã, ao respeito ao próximo e à devoção ao trabalho. Localizada no município de Jardim, no extremo sul do Ceará, a comunidade possui um modo particular de organização desenvolvido a partir do seu ajustamento às especificidades do meio natural e a esses valores de convivência social culturalmente herdados.

Este artigo demonstra a profunda incompatibilidade que existe entre as formas de vida e organização produtiva dos piquizeiros e as orientações correntes nas políticas públicas para o desenvolvimento implementadas na região. Ao apresentarmos a complexidade dos sistemas de trabalho e de organização comunitária dos piquizeiros, chamamos a atenção para a necessidade de reorientação

das propostas de desenvolvimento regional, que devem ser formuladas no sentido de fortalecer as estratégias de ordenamento ecológico e territorial desenvolvidas pelas populações locais.

## Os ciclos ecológicos no ordenamento do trabalho dos piquizeiros

O piqui é uma árvore nativa de porte muito variável, podendo atingir mais de seis metros de altura. O período de floração e frutificação vai de dezembro a abril, muitas vezes chegando a maio. Em outras épocas do ano, costumam aparecer algumas frutas, denominadas de temporão. Coletado na floresta do Araripe, o piqui é conhecido por ser rico em vitaminas A e E. O povo indígena da região o denominava *Pyrantecaira*, isto é, que dá vigor e força. Além de seu emprego na alimentação humana, atualmente o piqui ganhou importância econômica associada ao uso terapêutico, à produção de mobiliário e de tanino, assim como fornecedor de óleo para a fabricação de sabão e lubrificante de máquinas<sup>1</sup>.

Os extrativistas de piqui trabalham por conta própria, o que lhes concede uma relativa liberdade e poder de decisão pela ausência da figura do patrão. Dessa forma, imprimem um ritmo próprio aos seus modos de produção e organização coletiva. O ordenamento sazonal do trabalho dos piquizeiros está diretamente sintonizado com os ciclos ecológicos locais e compreende duas lógicas diferenciadas e complementares.

A primeira está relacionada com as estações climáticas, que no semi-árido são bem demarcadas: os invernos, como épocas de chuva, e os verões, como as de seca. A segunda lógica im-

<sup>1</sup> As folhas do piqui são empregadas para regularizar o fluxo catamenial e o óleo é usado para afecções do couro cabeludo, dores reumáticas, doenças bronco-pulmonares, asma e raquitismo, além de em cortes e inflamações nos animais. A madeira é muito utilizada em trabalhos de marcenaria devido ao seu brilho natural, que dispensa o uso de verniz. O tanino extraído do pericarpo do piqui é utilizado na produção de corantes para tecidos de algodão (Cruz, 1982).



Visão geral da comunidade de Cacimbas

Fotos: Cláudio Ubiratan

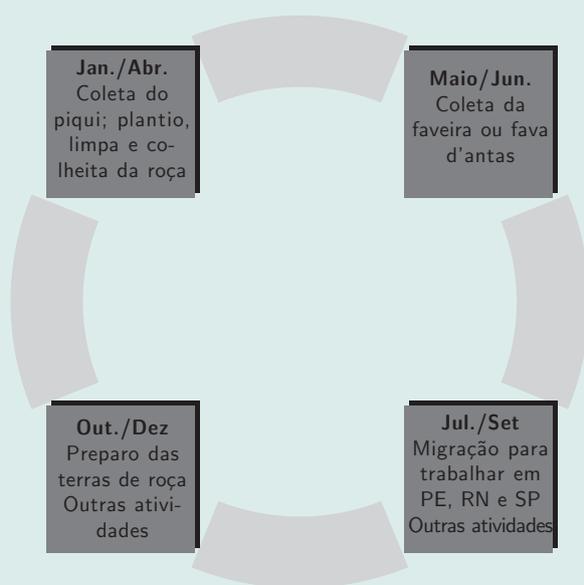
plica o deslocamento da morada durante o ano: em um determinado momento ela é estabelecida na casa localizada no povoado e, em outro, em um barraco erguido na mata, com lona e galhos de árvores colhidos da própria floresta.

O deslocamento da moradia por um período aproximado de três a quatro meses por ano revela a existência de estratégias de sobrevivência e de produção econômica típicas das populações do Araripe. Harmonizadas com os ciclos naturais, essas estratégias econômicas organizam o trabalho dos piquizeiros a partir da conjugação das atividades produtivas nas terras de mata e nas terras de roça, configurando um sistema produtivo que combina, no tempo e no espaço, atividades extrativistas com atividades agrícolas.

Segundo a tradição dos catadores de piqui, o tempo de duração da atividade extrativista, época em que se autodenominam barraqueiros, dependerá da produtividade da safra anual. De forma geral, os anos que se seguem a invernos bastante chuvosos favorecem as boas colheitas do piqui. As atividades agrícolas são realizadas em roçados diversificados com espécies e variedades cultivadas de ciclo anual. Por essa razão, são também muito dependentes dos totais pluviométricos, que costumam ser altamente variáveis na região.

Apesar da grande variabilidade climática na região, o ciclo espaço-tempo de distribuição anual do trabalho dos piquizeiros da comunidade de Cacimbas obedece em grandes traços ao padrão representado na figura abaixo.

**Figura. Ciclo espaço-tempo de distribuição anual de trabalho na comunidade de Cacimbas (Gonçalves, 2005)**



No período compreendido entre os meses de janeiro a abril, estão concentradas as atividades que demandam mais trabalho. Além da coleta do piqui, ocorre o plantio, a limpa e a colheita do milho e do feijão. A mandioca também é colhida nesse período.

De maio a junho, a faveira (*Dimorphandra gardneriana*), uma leguminosa nativa, é coletada na área

da Floresta Nacional do Araripe. Por suas propriedades medicinais, essa espécie tem demonstrado crescente potencial econômico. Por meio do incentivo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) local, os piquizeiros de Cacimbas têm exportado a faveira para a empresa de fármacos Merk. Desde o surgimento dessa oportunidade comercial, uma parte da colheita vem sendo exportada enquanto outra é comercializada nos mercados municipais de Crato, Juazeiro e Barbalha. Um volume menor é armazenado para uso na própria comunidade.

No período de julho a setembro, os sistemas produtivos dos piquizeiros não são capazes de absorver a mão-de-obra disponível. É a fase do ano em que ocorre de forma mais intensa a migração temporária de trabalhadores da comunidade, que em alguns casos levam junto as suas respectivas famílias. Alguns se ocupam nesse período em projetos de fruticultura irrigada nos estados do Rio Grande do Norte e Pernambuco e outros se deslocam para São Paulo para trabalharem na agroindústria canavieira. Aqueles que não migram se ocupam como trabalhadores agregados em fazendas de municípios próximos como Exu, Serrita e Ouricuri (PE). Outros ainda trabalham na construção civil dos espaços urbanos compreendidos pelo triângulo Crato-Juazeiro-Barbalha.

Fechando o ciclo anual, o período de outubro a dezembro é marcado pelo retorno à comunidade para o preparo das terras das roças e pela organização das famílias para a coleta da próxima safra do piqui.

## Da organização produtiva à organização política

As políticas públicas implementadas historicamente na região não consideraram e não tiraram partido da riqueza cultural inerente às estratégias econômicas da população agroextrativista do Araripe. Mas foi, sobretudo, a partir da década de 1990, que as ações governamentais chocaram-se frontalmente com os sistemas produtivos tradicionais ao procurar fortalecer o setor agrícola do estado pela viabilização de cadeias produtivas de frutas, flores, hortaliças e inserir o Ceará no mercado exportador da agricultura irrigada.

Ao serem implantados junto à comunidade de Cacimbas, os programas oficiais de desenvolvimento assim concebidos trouxeram consigo claras contradições com as formas organizativas e as estratégias econômicas dos piquizeiros. Um exemplo disso foi a exigência da Secretaria Estadual de Agricultura (Seagri) para que a comunidade criasse uma associação específica para gerenciar o projeto de floricultura que procurou fomentar. Apesar de o projeto ter sido implantado, algumas lideranças da comunidade avaliam que o correto teria sido o fortalecimento da associação que já existia e não a criação de outro espaço organizativo, dividindo os grupos e enfraquecendo suas formas de organização local.



Fábrica de processamento de óleo de piqui, Cacimbas



Outro exemplo vem da implantação de uma fábrica de processamento de óleo de piqui, iniciativa surgida a partir da demanda por padronização e controle de qualidade do produto, apresentada pelo Instituto Brasileiro de Educação e Negócios Sustentáveis (Ibens). As ações do Ibens se iniciaram em Cacimbas em 2002, quando realizou estudos sobre o piqui e elaborou um plano de negócios para identificar oportunidades comerciais para a comunidade. Assim, em parceria com o Ibama, foi implantada a unidade de processamento do óleo de piqui. Uma parte dos moradores de Cacimbas avalia que a construção da fábrica trouxe melhoria na qualidade do produto, o que facilitou a comercialização do óleo. Já outra parcela da comunidade manifestou descontentamento por ser excluída do processo por não reunir as condições necessárias para atender às exigências técnicas para o preparo e beneficiamento do óleo na fábrica. Dessa forma, a unidade de processamento deixou à margem parte significativa da comunidade que, por essa razão, teve sua organização local fragilizada.

O modo como os piquizeiros usam e se apropriam dos recursos da natureza é outro tema do debate que vem mobilizando a comunidade em defesa de seus direitos e de políticas públicas adequadas. Segundo a percepção dos piquizeiros, os limites para a coleta do piqui estão ligados às áreas de ocorrência da planta, não havendo distinção entre espaço privado ou público. Por ser uma espécie nativa, sua coleta não pode ser regulada. É com esse entendimento que a comunidade vem tradicionalmente extraindo o fruto em áreas sob controle do Ibama e em propriedades de fazendeiros. Também é nessas áreas onde são construídas as barracas do acampamento e onde é realizado o processamento primário do produto, que consiste no cozimento da semente para produção do óleo.

Para assegurar seus direitos sobre o uso dos recursos do território, a comunidade tem se articulado para se fazer representar politicamente em diferentes espaços de negociação com órgãos do Estado, tais como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o Ministério da Integração Nacional, o Banco do Nordeste e a Floresta Nacional do Araripe (Flona), sob gestão do Ibama. O exercício de participação nesses espaços tem permitido à comunidade defender seus interesses gerindo os conflitos que surgem em diferentes

Grupos de famílias selecionando o piqui para consumo e comercialização. No detalhe, crianças sentadas no tanque-reservatório de água para consumo das famílias no período do acampamento

momentos. A título de exemplo, citamos a recusa dos moradores de Cacimbas a utilizarem crachás no momento da coleta do piqui na Flona, uma condição imposta pelo Ibama.

Portanto, ao serem concebidos de forma fragmentada, tratando de modo separado as dimensões sociocultural, econômica, ambiental e política do desenvolvimento local, os programas do Estado têm sido incapazes de apreender e valorizar as estratégias de produção econômica e de reprodução social dos piquizeiros. Esquecem que essas estratégias são produto de saberes acumulados por meio da observação atenta das dinâmicas ecológicas e da oralidade e transmissão de conhecimentos entre as gerações.

Nesse sentido, compreender essas estratégias para aprimorá-las é o desafio colocado para que se estabeleça um modelo de desenvolvimento regional fundamentado numa noção tão cara aos piquizeiros: a de que a melhoria e a reprodução de seus meios de vida dependem essencialmente da conservação da diversidade das áreas de transição caatinga-cerrado e da sua integração com os sistemas de produção agrícola. A rica experiência dos piquizeiros ensina que é na manutenção e integração de diversas atividades produtivas no tempo e no espaço que eles constroem seus meios de vida e suas formas de organização.

**Claudio Ubiratan Gonçalves**

*assessor da Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Crato (CE), professor adjunto do Núcleo de Geografia da Universidade Federal de Sergipe e membro do GT-Agrário da Associação dos Geógrafos Brasileiros*  
[ubiratan@ufs.br](mailto:ubiratan@ufs.br)

## Referências bibliográficas

CRUZ, G. L. *Dicionário das Plantas Úteis do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira/Difel, 1982.

GONÇALVES, Cláudio Ubiratan. *Ética e diferenciação interna do trabalho na ordem territorial e ambiental do Cariri Cearense: solidariedade e conflito*. 2005. Tese (Doutorado) – PPGeo/UFF, Niterói.

<sup>2</sup>O Ibama quis obrigar os moradores da comunidade de Cacimbas a utilizarem crachás, alegando que não havia controle da circulação de pessoas na Flona e que isso estaria aumentando o número de queimadas criminosas e a retirada ilegal de madeira.

# A experiência da promoção do (des)envolvimento local na Zona da Mata

Glauco Regis Florisbelo,  
Fernanda Testa Monteiro e  
Simone Ribeiro

**O** Centro de Tecnologias Alternativas (CTA) é uma ONG que atua na Zona da Mata de Minas Gerais na promoção da agricultura familiar e da Agroecologia. Desde o início da década de 1990, a entidade incorporou em suas linhas de ação a perspectiva de fortalecer as organizações dos próprios agricultores e agricultoras com vistas a torná-las protagonistas na construção do desenvolvimento local (DL). Essa estratégia foi assumida a partir da percepção de que a simples adoção por parte dos agricultores de tecnologias mais sustentáveis se mostrava incapaz de realizar mudanças mais profundas nas comunidades e nos municípios. Ou seja, constatou-se que era imprescindível incorporar uma perspectiva mais ampla de análise para que transformações estruturais ocorressem.

Assim, o CTA foi mudando sua atuação, procurando o engajamento dos agricultores e agricultoras em ações que repercutissem de forma mais significativa em suas realidades. Tínhamos claro que o envolvimento das pessoas e de suas organizações seria uma condição central para que o processo de desenvolvimento ocorresse. Assim surgiu o lema *envolver para desenvolver*, e passamos a tratar o tema como *envolvimento local*.

Em geral, quando o tema do desenvolvimento local é abordado, logo vêm à cabeça projetos grandiosos, vinculados à figura do poder público local e dos diferentes atores sociais existentes na localidade. Entretanto, nossas experiências nos ensinaram que é possível iniciar processos de DL mesmo que seja a partir de uma articulação de poucos parceiros, desde que não se perca de vista a necessidade de agregação de novos e diversificados atores, inclusive órgãos do poder público. Para tanto, o foco principal dessas experiências esteve centrado no fortalecimento das organizações locais, para que elas adquirissem maior capacidade de assumir de maneira autônoma a condução desses processos.

O CTA assessorou iniciativas de promoção do DL nos municípios de Araponga, Acaiaca, Tombos e Espera Feliz, que apresentam características ambientais e agrícolas bem diferentes entre si. Também os níveis de organização dos agricultores são bastante heterogêneos. Este artigo traz uma síntese das principais análises e lições aprendidas durante as sistematizações realizadas em dois momentos da trajetória do CTA: em 2003 e 2007.

## Conhecimento compartilhado da realidade

Os processos de envolvimento local devem começar com um bom alinhamento das expectativas de todos os parceiros, que também devem ter clareza dos objetivos e etapas a serem realizadas a partir das estratégias definidas. Vale destacar que é importante que, ao longo do processo, esses objetivos sejam retomados e discutidos.

Ainda na fase inicial, é necessário perceber as fragilidades presentes nas organizações e propor caminhos para sua superação, que poderão ser logo deflagradas.



Participação da juventude na construção do Plano de Ação de Espera Feliz

A realização de diagnósticos nos municípios, com foco em suas áreas rurais, foi uma estratégia que utilizamos em todos os casos. Esses exercícios compartilhados de leitura e interpretação da realidade são oportunidades para que ocorram o nivelamento de percepções e um grande aprendizado coletivo, tanto pelas comunidades quanto pelas organizações locais. Ao mesmo tempo, promovem a mobilização das comunidades; a divulgação do processo; uma nova percepção da realidade para agricultores(as) da base e para as lideranças; e sobretudo, a identificação dos problemas e potenciais das comunidades e do município. Por isso, quanto mais as organizações locais participam da preparação e da realização do diagnóstico, melhor. Nossa experiência demonstrou que as metodologias utilizadas devem ser construídas e executadas pelo conjunto de parceiros, e nunca ficar somente a cargo da assessoria.

## Planejando o desenvolvimento local

A partir da avaliação das organizações locais sobre suas capacidades de interferir no contexto em que atuam, duas linhas de ação foram implementadas. A estratégia adotada nos municípios de Tombos e Acaiaca consistiu na elaboração de um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS). Em Araponga, iniciamos com um Plano de Ação para o conjunto das organizações parceiras que avançou para a elaboração de um PMDRS após algum tempo, com o fortalecimento das organizações locais e com a construção de relações com o

poder público municipal. A experiência mais recente é a do município de Espera Feliz, onde a princípio as organizações não se sentiam em condições de enfrentar a amplitude e a complexidade dos temas inerentes à elaboração de um PMDRS e tampouco dialogavam com o governo local.

O plano de ação orienta e articula as estratégias das organizações locais para o DL. Os temas tratados são abrangentes, fruto das reflexões nas comunidades motivadas pelo diagnóstico. As perspectivas para a juventude rural e os cuidados com o meio ambiente são exemplos de questões enfocadas nesses processos. No entanto, as propostas e ações planejadas terminam se restringindo àquelas que estão dentro do campo da governabilidade das organizações envolvidas.



Representantes das comunidades durante encontro de planejamento em Espera Feliz.



Participação comunitária na elaboração do plano de ação em Espera Feliz

No caso de Espera Feliz, as ações definidas no Plano de Ação estiveram centradas no campo da formação e promoção da Agroecologia, no planejamento da produção agroecológica para a comercialização coletiva, no cooperativismo e na valorização da cultura local.

Assim, o plano de ação acaba orientando e articulando as próprias organizações sociais, dando a elas maior clareza de seu papel na condução das atividades priorizadas. Nesse sentido, ele pode criar as condições necessárias para que relações com o poder público sejam estabelecidas, assegurando maior capacidade política para a defesa e a implementação de programas públicos de interesse da agricultura familiar (seja por meio da pressão ou da negociação).

## O envolvimento de mulheres e jovens no processo

Ter incorporado em nossas estratégias de trabalho uma perspectiva sensível às questões de gênero e de geração foi fundamental para qualificar as ações voltadas para envolver ativamente as populações locais e suas organizações nos processos de promoção do DL.

Nos espaços onde vivem, mulheres e jovens têm condições desfavoráveis em relação aos homens adultos, em função de terem acesso limitado a bens e recursos, além de pouca influência na tomada de decisões das famílias e das organizações. Deixar de reconhecer essa situação é ignorar as injustiças sociais e, por consequência, reproduzir as desigualdades. Do nosso ponto de vista, não há processos efetivos de DL sem que mudanças nas relações de gênero e geração sejam promovidas.

Vale ressaltar que a participação das mulheres e dos jovens nunca ocorre espontaneamente. Portanto, é preciso perceber como as relações de poder estão estabelecidas para então orientar os trabalhos de forma a garantir a sua presença. Algumas estratégias foram elaboradas e postas em prática nesse sentido, entre elas: a organização de grupos separados de homens adultos e mulheres adultas, rapazes e moças, em todas as etapas, desde o diagnóstico até a elaboração de propostas; a adequação dos horários das reuniões às mulheres; e a garantia de espaços-creche e de animadores para as crianças durante os eventos. Foi necessário também assegurar momentos paralelos de capacitação e fortalecimento das mulheres e dos jovens para que estes se sentissem em melhores condições de intervir nos espaços conjuntos.

Além dessas medidas, foi importante manter esse tema na agenda permanente de debate nos espaços de coordenação dos processos.

## O papel da assessoria e das organizações locais

O CTA vivenciou dois momentos distintos no que se refere à natureza de sua assessoria aos processos de desenvolvimento local, que corresponderam ao fato de os técnicos residirem ou não nos municípios. A presença do técnico no local proporciona um conjunto grande de vantagens, mas também implica em desvantagens. Ao morar no município, o técnico normalmente atua na mobilização dos atores sociais, na animação do trabalho, assim como na articulação política, quando fica responsável por garantir que o tema do DL seja um fio condutor e que esteja presente na pauta de todas as organizações locais. Porém, percebe-se que, embora a presença permanente da assessoria permita que o trabalho se torne mais efetivo e constante, quando não há técnico local, as organizações acabam assumindo essas tarefas, o que certamente incrementa o seu nível de apropriação política e metodológica do processo. Portanto, é certo que os processos de DL necessitam de pessoas e organizações que estimulem a participação, que articulem as agendas e os trabalhos e que mantenham o projeto ativo mesmo quando nenhum evento está sendo realizado. Mas o ideal é que cada vez mais as organizações locais chamem para si essas atribuições. Afinal, com o avanço dos trabalhos, há a tendência de as ações se tornarem mais complexas, o que exige o emprego de muito tempo em atividades de mobilização e animação.

Em Espera Feliz, por exemplo, foram indicados dois agricultores para atuar como mobilizadores, ou seja, como responsáveis pela animação do processo e articulação política das ações junto às organizações locais. O CTA acompanhou à distância, estando presente em alguns momentos-chave. Foi estabelecida uma coordenação colegiada, com representantes das organizações sociais locais e do CTA.

Nesse contexto, o CTA tem o papel de assessorar metodologicamente o conjunto das atividades, valendo-se de seus acúmulos adquiridos pela vivência de outras experiências similares. Atua também na mediação dos debates entre as organizações locais. Nesse caso, cumpre uma dupla função: ao mesmo tempo em que contribui com um olhar externo, é parte envolvida, já que integra a articulação de entidades que desenvolvem as ações no município. Independentemente do papel que desempenha nos diferentes momentos do processo, uma atenção permanente sempre é dispensada para assegurar que a assessoria favoreça a emergência de um ambiente de construção coletiva, prevenindo-se do risco de dar o tom metodológico sozinho.

O CTA já prestava assessoria técnica às experiências agroecológicas existentes nesses municípios. Com os processos de diagnóstico e planejamento, houve uma reorientação dessa assessoria para garantir uma articulação entre as ações técnicas e as demais, buscando ampliar a escala e alcançar um número maior de famílias na promoção da Agroecologia a partir da valorização dos exemplos das famílias pioneiras na prática agroecológica.

Coube também ao CTA estabelecer uma ponte entre as experiências, promovendo intercâmbios entre as lideranças, assim como entre as experiências e instituições de ensino e pesquisa, como a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig). Diversos projetos de pesquisa e de extensão foram elaborados e implementados partindo das demandas apontadas nos PMDRS e nos Planos de Ação.

## Conclusão

A vivência de processos participativos de (des)envolvimento local tem caráter formativo e fortalece as organizações sociais envolvidas, pois possibilita a aproximação entre elas, facilita o intercâmbio de informações, a negociação de prioridades e a articulação de ações conjuntas, a partir da construção compartilhada de uma percepção sobre a realidade local.

E é por isso que o fortalecimento das organizações sociais locais figura como um objetivo central nos processos de (des)envolvimento local. Podemos relacionar alguns indicadores alcançados nesse sentido: a capacidade de diferenciação de papéis entre as organizações sociais; o estabelecimento de um conjunto de estratégias



Mística de abertura dos encontros de planejamento



Elaboração do Plano de Ação de Espera Feliz

e, com base nelas, a execução de ações coerentes; o grande reconhecimento da organização local por parte de sua base social e o constante envolvimento de novas pessoas nos seus trabalhos; e a renovação dos quadros políticos das organizações, sem que a qualidade da intervenção seja reduzida.

Assim, o que nossa experiência de vários anos nos ensinou, em síntese, é que a atuação protagonista das organizações locais ocorre quando é orientada por princípios como autonomia e independência, mantendo e incentivando suas capacidades de proposição e negociação junto ao poder público e suas habilidades para elaborar e implementar projetos próprios voltados para a promoção do desenvolvimento local, sempre com base no ativo envolvimento das pessoas e organizações.

**Glaucio Regis Florisbelo**  
engenheiro agrônomo do CTA  
[glaucio@ctazm.org.br](mailto:glaucio@ctazm.org.br)

**Fernanda Testa Monteiro**  
engenheira agrônoma e consultora do CTA  
[fernandamonteiro5@hotmail.com](mailto:fernandamonteiro5@hotmail.com)

**Simone Ribeiro**  
pedagoga do CTA  
[simone@ctazm.org.br](mailto:simone@ctazm.org.br)

# Organização de mulheres e convivência com o semi-árido: a experiência das cisternas no Rio Grande do Norte

Conceição Dantas

**O**rganizações e movimentos sociais vinculados à Articulação Semi-árido Brasileiro (ASA-Brasil) vêm construindo na prática uma proposta de convivência com o semi-árido que tem como um de seus fundamentos centrais as variadas formas de aproveitamento das águas das chuvas. As experiências dessas organizações apontam para um caminho contrário ao que foi trilhado historicamente pelos programas oficiais. Ao passo que estes últimos orientam-se essencialmente na construção de grandes obras de infra-estrutura, deixando à margem de seus benefícios centenas de milhares de famílias que habitam o meio rural da região, as iniciativas da sociedade civil voltam-se para a descentralização da oferta hídrica, investindo em pequenas obras e equipamentos destinados a captar, transportar e armazenar a água das chuvas.

Além do emprego de uma concepção técnica inovadora que permite o atendimento das reais demandas das famílias no meio rural, as experiências impulsionadas pela sociedade civil diferenciam-se por serem promovidas por processos de mobilização comunitária articulados por organizações locais. Apenas no âmbito do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido: 1 Milhão de Cisternas Rurais (P1MC), ação implementada desde 2003 pela ASA-Brasil, cerca de 200 mil cisternas de uso doméstico e comunitário foram construídas até junho de 2007, sendo 25 mil delas no Rio Grande do Norte.

Nesse quadro mais amplo de avanços na convivência com o semi-árido, a experiência das cisternas do Rio Grande do Norte destaca-se por ressaltar uma dimensão central em qualquer estratégia que vise à construção da sustentabilidade socioambiental: o reconhecimento das mulheres agricultoras como agentes protagonistas dos processos de desenvolvimento local.

Nesse sentido, o movimento feminista do oeste do Rio Grande do Norte tem demonstrado que a luta das mulheres representa também a luta de todas as pessoas que querem viver em um mundo sustentável em harmonia com as condições geográficas e climáticas de seus respectivos locais. Situada no contexto desse movimento, a experiência das cisternas deixa claro que essa bandeira integra duas dimensões interdependentes: de um lado, a implementação de políticas promotoras de soluções técnicas adaptadas às características naturais do ecossistema; de outro, a luta contra a naturalização de injustiças socialmente construídas, tais como o latifúndio, a exploração do trabalho, a invisibilidade social das mulheres e a divisão sexual do trabalho.



Fotos: Arquivo CF8

Mulheres organizadas para a construção de cisternas

## Tudo começa com a auto-organização das mulheres trabalhadoras rurais

À época do lançamento da Marcha Mundial das Mulheres (MMM)<sup>2</sup> e da Marcha das Margaridas<sup>3</sup> no ano de 2000, houve intensa participação das trabalhadoras rurais do Rio Grande do Norte, o que foi significativo para a consolidação do movimento de feminista na região oeste do estado. Segundo o diagnóstico de relações de gênero realizado pelo Centro Feminista no Apodi, em 2003, 63% das mulheres entrevistadas afirmaram participar de algum grupo no assentamento ou comunidade. Com isso, a Coordenação Oeste de Trabalhadoras Rurais também teve suas ações fortalecidas, por meio do resgate de grupos de base, da ampliação das manifestações massivas e da coalizão dos muitos movimentos de mulheres em torno de bandeiras comuns.

Em outubro de 2003, no Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais, realizado na cidade de Mossoró, o acesso à água de boa qualidade para o con-

sumo humano foi apontado como tema central na pauta das trabalhadoras. Conforme as reflexões então realizadas, a garantia desse direito básico exigia ações de caráter emergencial, já que essa privação representava um dos principais obstáculos para a convivência com o semi-árido. A partir desse encontro, foi construída uma aliança entre movimentos e lideranças populares orientada para reivindicar políticas que viabilizassem o acesso à água de qualidade para os assentamentos que vivenciavam as maiores dificuldades nesse campo.

A Coordenação de Mulheres Trabalhadoras da Região Oeste<sup>4</sup> apresentou as reivindicações do encontro ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Após essa audiência, o projeto de construção de cisternas nos assentamentos, viabilizado no âmbito do P1MC, transformou-se em ação concreta, com o apoio institucional e financeiro da Unidade de Ações Afirmativas do Incra, da Associação de Apoio às Comunidades do Campo (AACC), do Centro Feminista 8 de Março (CF8) e da Cooperativa de Assessoria e Serviços Múltiplos ao Desenvolvimento Rural (Coopervida).

Na microrregião de Apodi, um total de 28 localidades nos municípios de Campo Grande, Baraúna, Caraúbas, Felipe Guerra, Governador Dix-Sept Rosado, Mossoró e Upanema foram contempladas com ações resultantes dessa conquista alcançada pelo protagonismo das mulheres trabalhadoras.

## Assegurando a conquista

Passado o entusiasmo da primeira conquista, sucederam-se as preocupações com a organização e operacionalização do processo. As mulheres tinham a convicção de que aquela seria, de fato, uma ação política protagonizada por elas. Sabiam que teriam que aproveitar essa oportunidade para expandir o espaço político conquistado e mostrar na prática que podem fazer qualquer

<sup>1</sup> Este texto é baseado na sistematização da experiência das mulheres cisterneiras, realizada em 2004 pelo Centro Feminista 8 de Março.

<sup>2</sup> Movimento feminista internacional que foca sua atuação na luta contra a pobreza e a violência. Hoje está presente em 164 países. No Brasil, existe uma coordenação nacional e 17 coordenações estaduais.

<sup>3</sup> Ação política que integra a MMM e é protagonizada pelas mulheres rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag).

<sup>4</sup> A coordenação é uma instância de organização das trabalhadoras rurais do oeste do Rio Grande do Norte, fundada em 1999 e que engloba 15 municípios da região.

atividade que desejam. Além de serem capazes de fazer o gerenciamento da água para o consumo doméstico, deveriam também assumir outras funções que fugissem aos padrões estabelecidos pela sociedade em que viviam. Com essa noção em mente, fortaleceram a idéia de que todo o processo teria que ser comandado por elas. Para tanto, seria necessário elaborar estratégias que assegurassem as conquistas por meio do enfrentamento da lógica da hierarquia de poder entre homens e mulheres.

## Pioneirismo das mulheres

Três mulheres capacitadas em Afogados do Ingazeiro (PE) serviram de exemplo para as assentadas potiguares inovarem, formando a primeira turma de pedreiras do Brasil. Elas assumiram a responsabilidade de capacitar outras mulheres e de atuar diretamente como cisterneiras.

As mulheres que demonstravam maior potencial de atuação como multiplicadoras foram priorizadas durante a seleção para participar do projeto. Além disso, a candidata tinha que residir no assentamento, ser posseira, sócia da associação, participar do grupo de mulheres e não ser beneficiária de cisternas provenientes de outros projetos. As mulheres que possuíam o maior número de filhos e filhas, que eram responsáveis pela renda familiar ou tivessem em suas famílias idosos e idosas e/ou pessoas portadoras de necessidades especiais também foram priorizadas.

O projeto tinha o claro objetivo de conjugar a apropriação de novas tecnologias adaptadas ao semi-árido e a possibilidade de geração de renda para as mulheres, com isso questionando a ordem hierárquica estabelecida entre homens e mulheres nos assentamentos.

## A mão na massa e a certeza na luta

Em fevereiro de 2004, 17 mulheres participaram do curso de três semanas e se tornaram construtoras de cisternas. Mais do que isso, conseguiram estabelecer um novo modelo de construção do P1MC. Todas estavam convencidas de que eram aptas à construção, seja em dupla ou em pequenos grupos. As agricultoras voltaram para as suas comunidades sabendo erguer e modular as placas da cisterna. Com isso, tiveram reforçada a certeza de que poderiam assumir qualquer trabalho que desejassem e de que não existe ofício (pre)destinado para homens ou mulheres.

A capacitação foi literalmente realizada com a mão na massa, sendo a conclusão do curso comemorada com a entrega da primeira cisterna. Os(as) donos(as) da casa assistida também contribuem, sendo responsáveis por cavar o buraco onde a cisterna é construída e preparar a



Foto acima: Fabricação das placas

Foto abaixo: Acabamento interno de cisterna

terra para o trabalho das pedreiras. Elas assumem o trabalho a partir do nivelamento do terreno e da construção do contrapiso que sustenta as placas.

## Trabalho de homem, trabalho de mulher: o mito da força física

A evolução do projeto demonstrou que a produção das placas não era o maior desafio que elas teriam que superar. A idéia de que mulheres e homens nascem com capacidades distintas para realizar determinadas atividades é uma construção histórica que oculta o trabalho das mulheres e institui a noção de superioridade do trabalho masculino. Em outras palavras, a consideração de que o esforço físico é algo inato ao homem – um imaginário sexista com base material na divisão sexual do trabalho – legitima a percepção de que as mulheres são naturalmente desfavorecidas para os trabalhos que demandam força. Vale lembrar, no entanto, que a classificação de uma atividade pesada ou leve é definida a partir de quem a executa (Nobre, 1999).

Assim, tão logo as mulheres tomaram a decisão de estar à frente do processo, elas se depararam com o

ônus da polêmica e da contestação. Um projeto feito por mulheres costuma dividir opiniões dentro da própria comunidade, que não hesita em questionar: “Será que elas conseguem mesmo?”. As dúvidas quanto à capacidade das mulheres de, sozinhas, levarem adiante a proposta se espalharam por todos os setores envolvidos – inclusive entre mulheres e parte da assistência técnica. As entidades parceiras chegaram a enunciar a proposta de que as cisternas não fossem construídas apenas pelas mulheres, sugerindo a possibilidade de admissão de homens na turma.

Diante desse ambiente desfavorável, as mulheres enfrentaram muitas dificuldades para manter sua organização e superar o desafio. O descrédito crescente e inflexível a respeito de sua força de trabalho evidenciava o preconceito forjado pela estrutura da divisão sexual do trabalho. As pedreiras tiveram que engolir piadas do tipo: “Coisa de mulher não pode prestar”; “Isso é coisa de quem quer inventar de fazer o que não é pra fazer”; “Se com homens é difícil, imagine com mulheres”.

Contudo, as mulheres envolvidas no projeto estavam conscientes de que a garantia da execução por elas próprias constituía uma oportunidade para a conquista de um novo espaço na comunidade, abrindo o caminho para a geração de renda com o aprendizado de um novo ofício. Algumas já previam que, depois de cisterneiras, estariam capacitadas também para construir casas, como Lindinalva Martins, de 18 anos, do município de Mossoró. Vinda de uma família de pedreiros e agricultores, ela enfrentou a desconfiança dentro de sua casa. Seu pai e seus irmãos achavam que ela não poderia fazer um trabalho tido como da alçada de homens. Um de seus irmãos, designado para a função de servente de pedreiro, queixou-se do inoportuno fardo: “É ruim porque tem que fazer tudo o que a mulher manda.”

Resistentes, as mulheres, que já eram membros de associações e tinham experimentado na prática o difícil diálogo com a comunidade, não recuaram diante das ameaças do sexismo, mas valeram-se delas para também fazer da construção das cisternas uma conquista política das mulheres no mundo público. Como nos revela o depoimento de Maria Iracema Silva, também da primeira turma de pedreiras: “Um homem disse pra mim: “Eu deixo rolar meu pescoço se vocês fizerem essa cisterna”. Eu respondi: pois apronte o pescoço porque ele vai rolar e a gente vai fazer”.

Passada a primeira etapa da luta, houve um segundo movimento, que se configurou como desqualificação da própria conquista. Contraditoriamente, depois do estranhamento inicial e vencido o forte descrédito na força de trabalho das mulheres, a partir do instante em que as cisternas foram erguidas e já se mostravam em funcionamento, a função de pedreiras de cisternas passou a ser desvalorizada pela comunidade, que começou a qualificá-la como serviço leve. Nesse momento, o discurso sexista mudou: “Se elas puderam, qualquer um consegue”.

As mulheres, no entanto, apreenderam onde residia a base de tal desqualificação. Como podemos identi-

ficar nas palavras da pedreira Francisca das Chagas: “Se nós somos capazes de cozinhar, lavar, passar e ainda deitar de noite com eles, por que não podemos construir cisternas?”. É a simplicidade desse questionamento que nos leva a retomar o conceito de divisão sexual do trabalho. Afinal, se não se cogita fragilidade quando se atribui à mulher o cuidado com a família e a difícil e custosa travessia da busca pela água – no transporte braçal de diversas latas d’água –, por que é tão conveniente que elas sejam frágeis no momento em que sua tarefa passa a ser uma função pública, remunerada e de valor reconhecido em toda a comunidade? (Cadernos 8 de março N° 7, 2006).

O impacto dessas questões no dia-a-dia das mulheres, desmentidas com a conquista das pedreiras do Rio Grande do Norte, já é suficiente para justificar e compensar todo o empenho investido nessa experiência.

## Uma dupla conquista

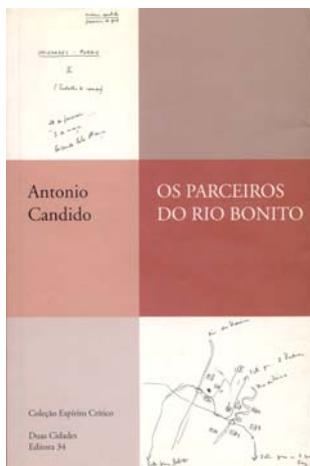
A capacitação de pedreiras – realizada também por uma mulher, Maria José, da primeira turma de construtoras de cisternas de Afogados do Ingazeiro – foi uma vitória simbólica e política para a mulher do campo. Mas esse significativo avanço e suas conseqüências para o público assistido – seja pela própria execução física do projeto ou pelos dilemas sociais por ele suscitados – mostram mais uma vez que o machismo é ainda a grande ponte a ser cruzada no caminho rumo a uma sociedade sustentável, com igualdade entre homens e mulheres.

Cumpra ainda ressaltar que o projeto desenvolveu uma sistemática que permite o monitoramento contínuo da execução do cronograma de obras. Seus resultados são acompanhados por reuniões freqüentes de um grupo formado por representantes das mulheres cisterneiras da região. Em dezembro de 2006, já passavam de 250 as cisternas construídas por mulheres no estado.

Finalmente, para as mulheres organizadas nessa experiência, tornou-se evidente que a construção da Agroecologia só se dará se for capaz de, no processo, mobilizar a participação política delas em todas as etapas do desenvolvimento local. Diante dessa nova percepção, podemos concluir que essas mulheres cisterneiras realizaram mais do que levantar placas de concreto. Elas se tornaram multiplicadoras cientes de seus direitos na sociedade e na família, garantindo sua visibilidade como agentes protagonistas no campo, construindo e fortalecendo alternativas para os grupos e coletivos de mulheres organizados na região oeste do Rio Grande do Norte.

*Conceição Dantas*  
coordenadora do Centro Feminista e militante da  
Marcha Mundial das Mulheres.  
[conceicao@cf8.org.br](mailto:conceicao@cf8.org.br)

# Publicações



## Os parceiros do Rio Bonito

CANDIDO, Antonio. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2001.

Trata-se da tese de doutoramento do autor, defendida em 1954, e que posteriormente consagrou-se como um clássico das ciências sociais no Brasil. O estudo demonstra com enorme clareza como as formas

tradicionais de organização social das comunidades rurais no interior de São Paulo são resultantes de processos de criação cultural voltados para o desenvolvimento de ajustes entre as comunidades e o meio natural em que vivem. Embora tenha se passado mais de meio século desde sua finalização, o texto é uma leitura altamente recomendável para os que atuam nos dias de hoje no movimento agroecológico. Como disse recentemente o próprio autor: "Talvez esse trabalho ainda tenha algum interesse para os que acham que a reforma das condições de vida do homem brasileiro do campo não deve ser baseada apenas em enunciados políticos, ou em investigações especializadas econômicas e agrônômicas, mas também no estudo da sua cultura e da sua sociabilidade."



## Campeño a Campeño: voices from Latin America's farmer to farmer movement for sustainable agriculture

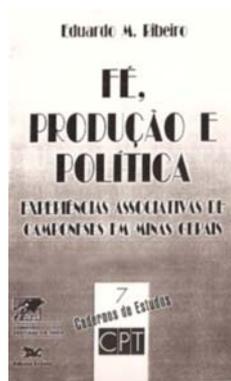
HOLT-GIMENEZ, Eric. California: Food First, 2006.

Apresenta o movimento Campeño a Campeño que existe em vários países da América Central desde a década de 1980. Além da história da constituição do movimento, o livro apresenta as características centrais da abordagem metodológica adotada por organizações a ele articuladas, por meio de depoimentos de agricultores e agricultoras.

## Nosso jeito de caminhar: a história do Projeto Reça contada por seus associados, parceiros e amigos

RECA. Brasília, 2003.

Ao encadear depoimentos de agricultores(as) e assessores(as), o livro traça a trajetória do Projeto Reforestamento Econômico Consorciado e Adensado (Reça), criado em Rondônia em 1989. Trata-se de uma experiência associativa voltada para viabilizar técnica e economicamente um modelo de produção até então inovador na Amazônia. As formas de organização da associação são descritas, assim como são expostos os processos de aprendizado técnico e metodológico que os associados vivenciaram no desenvolvimento dos sistemas agroflorestais e no beneficiamento e comercialização da produção. Destacam-se também os papéis que mulheres e jovens exercem na associação e as iniciativas no campo da educação e da saúde.



## Fé, produção e política: experiências associativas de camponeses em Minas Gerais

RIBEIRO, Eduardo M. Goiânia: CPT, 1994.

Estudo sobre a origem, a estrutura e as formas de atuação de associações de agricultores e agricultoras familiares em Minas Gerais. Realizada entre 1990 e 1991, a pesquisa de campo recobriu uma diversidade bastante significativa de organizações em diferentes regiões do estado e permitiu evidenciar que suas origens, via de regra, estiveram vinculadas a processos sociais de base preexistentes nas distintas localidades em que elas se estabeleceram. Atuando em temas variados, essas associações surgiram para complementar outras ações conjuntas em benefício do desenvolvimento local. Com base nos dados empíricos arrolados, o autor formula uma crítica à atitude utilitarista ainda bastante presente em programas voltados para o desenvolvimento rural, que enxergam e promovem experiências associativas tendo em vista unicamente o papel econômico que elas podem vir a desempenhar para a melhoria material da vida das comunidades e famílias rurais.

# Sites

[www.viacampesina.org](http://www.viacampesina.org)



A Via Campesina é um movimento internacional que congrega organizações camponesas, pequenos e médios produtores, agricultoras, comunidades indígenas, pessoas sem-terra, jovens rurais e trabalhadores agrícolas migrantes. É um movimento autônomo, plural, independente, sem nenhuma afiliação política, econômica ou de qualquer outro tipo. As organizações que compõem a Via Campesina estão presentes em 56 países da Ásia, África, Europa e, na América Latina, estão organizadas em oito regiões. No site o usuário poderá ter acesso à agenda de ações e eventos, notícias e publicações sobre os temas centrais do movimento: reforma agrária; biodiversidade e recursos genéticos; soberania alimentar e comércio; gênero; direitos humanos; migrações e trabalhadores rurais; e agricultura sustentável.

[www.miqcb.org.br](http://www.miqcb.org.br)

O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) articula essas trabalhadoras em quatro estados brasileiros onde há ocorrência da palmeira: Maranhão, Tocantins, Pará e Piauí. O movimento pretende conquistar melhores condições de vida e de trabalho, bem como garantir os direitos das mulheres extrativistas enquanto cidadãs. No site, pode-se obter informações sobre as lutas e as campanhas realizadas pelas quebradeiras, como a Lei do Babaçu Livre, que visa garantir o livre acesso e uso comum das palmeiras para que o extrativismo seja realizado em regime de economia familiar e comunitária. Também estão disponíveis no site o Jornal Pindova, um informativo quinzenal do MIQCB, publicações, relatórios e estudos sobre o tema.

[www.laneta.apc.org/mexsursur/](http://www.laneta.apc.org/mexsursur/)

Mais do que uma organização ou um movimento, *Campesino a Campesino* é uma concepção e uma metodologia de trabalho desenvolvida por camponeses da América Central. O programa facilita o intercâmbio de conhecimentos entre camponeses e campo-

[www.mmcbrasil.com.br](http://www.mmcbrasil.com.br)



O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) é uma articulação de mulheres agricultoras, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, bóias-frias, diaristas, parceiras, extrativistas, quebradeiras de coco, pescadoras artesanais, sem-terra e assentadas. Luta pelo fim de qualquer forma de violência praticada contra a mulher. Isso se concretiza nas lutas, na organização, na formação e na implementação de experiências de resistência popular, em que as mulheres sejam protagonistas de sua história. O visitante do site terá acesso a informações sobre os projetos do movimento, tais como: Projeto Popular de Agricultura, Ampliação dos Direitos Sociais e Participação Política da Mulher na Sociedade. Estão disponíveis também para *download* materiais de formação, cartilhas, panfletos, além de textos e artigos.

[www.coiab.com.br](http://www.coiab.com.br)

A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) surgiu como resultado do processo de luta de seus povos pelo reconhecimento e exercício de seus direitos, num cenário de transformações sociais e políticas ocorridas no Brasil após a promulgação da Constituição de 1988. A Coiab reúne atualmente 75 organizações de 165 povos indígenas em sua base política. Atua no estímulo e acompanhamento da criação de outras organizações, visando à expansão e ao fortalecimento do movimento indígena. Em seu site, podem-se encontrar notícias atualizadas sobre direitos indígenas, interculturalidade, articulação com movimentos internacionais, questão de gênero, educação e saúde indígena, alternativas econômicas e demarcação de terras.

nesas para que aprendam uns com os outros por meio de suas próprias experiências em projetos sociais e produtivos. O usuário poderá obter informações sobre a história, organização, metodologia de trabalho e projetos desenvolvidos.

# Eventos

## I Congresso Latino-americano de Agroecologia

**Data:** 14 e 15 de agosto de 2007

**Local:** Medellín, Colômbia

**Informações:** <http://www.agroeco.org/socla/pdfs/Congreso0807.pdf>

O evento está sendo promovido pela Sociedade Científica Latino-americana de Agroecologia (Socla) e a Universidade de Antioquia. Pretende apresentar o estado da arte da Agroecologia em distintos temas-chave, tais como: manejo ecológico de pragas e doenças; ecologia, conservação e manejo dos solos, água e biodiversidade; bases eco-

lógicas para a conservação e o manejo orgânico e sistemas diversificados de produção; economia e indicadores de sustentabilidade; etnoecologia e sistemas tradicionais de conhecimento; e desenvolvimento rural sustentável e movimentos rurais sociais. A Socla é uma organização científica cujo objetivo central é promover a Agroecologia por meio de atividades de pesquisa, docência e apoio aos movimentos sociais, com o fim de impulsionar uma agricultura familiar que privilegie a segurança alimentar, a conservação da biodiversidade e a eliminação da pobreza.



## Marcha das Margaridas 2007 com o tema: Terra, Água e Agroecologia

**Data:** 21 e 22 de agosto de 2007

**Local:** Diversos estados

**Informações:** <http://www.contag.org.br/margaridas/>

A marcha é uma estratégia política construída e consolidada pelas mulheres trabalhadoras rurais para combater a fome, a pobreza, a violência sexista e construir um novo Brasil com justiça, paz e equidade de gênero. O evento,

que já faz parte da agenda permanente do sindicalismo rural brasileiro e do movimento de mulheres, é realizado de três em três anos, numa ação organizada pela Contag, Fetags, STTRs e CUT, em parceria com o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR/NE, MIQCB, CNS, Mama), movimentos e redes de mulheres de âmbito internacional (MMM, Redelac, Coopprofam) e outras organizações colaboradoras e apoiadoras.



## V Congresso Brasileiro de Agroecologia

**Tema:** Agroecologia e territórios sustentáveis

**Data:** 1 a 4 de outubro de 2007

**Local:** Guarapari (ES)

**Informações:** [http://www6.ufrgs.br/abaagroeco/?P%E1gina\\_inicial](http://www6.ufrgs.br/abaagroeco/?P%E1gina_inicial)

A Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia) juntamente com a comissão organizadora local buscarão nessa quinta edição do CBA avançar na sua concepção metodológica, privilegiando os espaços para o debate e a construção arti-

culada das etapas preparatórias, de seu desenho e programação, buscando assim o aprofundamento na abordagem, na reflexão coletiva e no encaminhamento dos temas. Com a realização de conferências, mesas-redondas, palestras e oficinas, o CBA tem sido uma oportunidade para reunir cerca de 3.000 profissionais, estudantes, agricultores e agricultoras de todo o país para intercambiar conhecimentos, experiências e promover deliberações e orientações para a promoção da Agroecologia no Brasil.

# Agroecologia em Rede



Mutirão em São Felipe, Espera Feliz

## O mutirão comunitário de São Felipe, em Espera Feliz

<http://www.agroecologiaemrede.org.br/experiencias.php?experiencia=209>

Desde 1999, os agricultores da comunidade de São Felipe, no município Espera Feliz, Zona da Mata mineira, resolveram trabalhar em mutirão com o objetivo de facilitar o trabalho nas propriedades. O mutirão é realizado toda segunda-feira e funciona no sistema de troca de dia. No início, o grupo era formado por oito pessoas, mas já teve época em que contava com mais de 40 agricultores. O mutirão tem coordenador, secretário e tesoureiro. Conta também com o apoio do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Espera Feliz. A definição do local do trabalho a cada semana era feita em função das necessidades de cada família, mas depois o grupo cresceu e decidiu que

passaria a ser feita por sorteio. Depois que o trabalho é realizado na propriedade de todos, reinicia-se nova rodada de mutirões. A cada fechamento de ciclo há uma confraternização que celebra o trabalho realizado em conjunto. Além do trabalho na roça (limpa, plantio, colheita, cultivo de hortas), os agricultores se reúnem para construir fossas sépticas, casas, etc. O mutirão também se tornou um espaço importante para a troca de conhecimentos sobre práticas agroecológicas.

Conheça outras experiências no Agroecologia em Rede ([www.agroecologiaemrede.org.br](http://www.agroecologiaemrede.org.br))

### Divulgue suas experiências nas revistas Leisa

Convidamos pessoas e organizações do campo agroecológico brasileiro a divulgarem suas experiências na *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia* (edição brasileira da revista Leisa), na *Leisa Latino-americana* (editada no Peru) e na *Leisa Global* (editada na Holanda).

## Próxima edição das revistas Leisa

### *Saúde pela Natureza (v.4, nº4)*

As relações entre saúde e agricultura são abrangentes e tornam-se cada vez mais explícitas para o conjunto da sociedade com a proliferação de doenças e enfermidades associadas aos efeitos da crescente artificialização dos modos de vida modernos, em particular aqueles relacionados aos padrões de produção e de consumo dos alimentos. Nos processos de produção alimentar, esse fenômeno manifesta-se na irradiação em larga escala da agricultura industrial, responsável pela degradação sem precedentes dos ecossistemas para que monoculturas sejam mantidas com base no uso intensivo de agroquímicos e de moto-mecanização. Nessas condições, os(as) trabalhadores(as) na agricultura são submetidos a regimes de trabalho altamente insalubres. Já sob a perspectiva do consumo, significativa parcela da população não tem assegurado o seu direito básico de acessar alimentos de forma permanente e em quantidade e qualidade suficientes. O consumo de alimentos de baixa qualidade biológica e/ou contaminados por substâncias nocivas à saúde também integra esse cotidiano vivenciado pelo conjunto da sociedade. As experiências em Agroecologia têm demonstrado a íntima relação entre a promoção da saúde dos produtores e consumidores de alimentos e a reconstrução de ambientes agrícolas ecologicamente equilibrados. Demonstram também como as famílias agricultoras aumentam seus níveis de segurança alimentar e nutricional com o aumento das opções alimentares e

com o incremento, diversificação e regularização das suas fontes de renda. Essas experiências têm igualmente criado ambientes sociais estimuladores para a revalorização de práticas populares fundadas no uso de recursos da natureza para a cura de enfermidades. O resgate, a disseminação e o desenvolvimento de conhecimentos relacionados ao uso de plantas medicinais, à preparação de remédios caseiros, e ao emprego de outros elementos naturais, como a argila, figuram como parte integrante de um número crescente de experiências de desenvolvimento local orientadas para a construção de crescentes graus de autonomia das comunidades com base na valorização dos recursos da natureza. Apesar dos seus efeitos altamente positivos sobre a saúde da população, muitas dessas experiências têm vivenciado dificuldades para se desenvolverem em função de restrições de ordem legal. Essa é a razão pela qual organizações envolvidas nessas experiências vêm se empenhando cada vez mais nos debates políticos relacionados à defesa de abordagens holísticas e naturais de promoção da saúde. Convidamos os incentivadores de experiências concretas nesse campo a compartilhar seus aprendizados na próxima edição da *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia*.

**Data-limite para envio dos artigos:**  
15 de outubro (Revista Agriculturas e  
Revista Leisa Latino-americana)

### Instruções para elaboração de artigos

Os artigos deverão descrever e analisar experiências concretas, procurando extrair ensinamentos que sirvam de inspiração para grupos envolvidos com a promoção da Agroecologia. Os artigos devem ter até cinco laudas de 2.100 toques (30 linhas x 70 toques por linha). Os textos devem vir acompanhados de duas ou três ilustrações (fo-

tos, desenhos, gráficos), com a indicação dos seus autores e respectivas legendas. Os(as) autores(as) devem informar dados para facilitar o contato de pessoas interessadas na experiência. Envie para [revista@aspta.org.br](mailto:revista@aspta.org.br).

**Maiores informações no site da revista:**  
<http://agriculturas.leisa.info>

**Acesse: <http://agriculturas.leisa.info>**